



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE *CAMPUS* FORTALEZA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MANUELLA NOBRE PITOMBEIRA DA SILVA

O PERFIL DO EGRESSO DO IFCE DE 2009 A 2020: O PORTAL EGRESSO EM
NÚMEROS COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

FORTALEZA - CE

2023

MANUELLA NOBRE PITOMBEIRA DA SILVA

O PERFIL DO EGRESSO DO IFCE DE 2009 A 2020: O PORTAL EGRESSO EM
NÚMEROS COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre. Área de concentração: Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá

Coorientador: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SILVA, MANUELLA.

O PERFIL DO EGRESSO DO IFCE DE 2009 A 2020 : O PORTAL EGRESSO EM NÚMEROS
COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA / MANUELLA SILVA. - 2023.
104 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional
de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá.

Coorientação: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva.

1. Egresso. 2. Portal do egresso. 3. Transparência ativa. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.
CDD 378.013

MANUELLA NOBRE PITOMBEIRA DA SILVA

O PERFIL DO EGRESSO DO IFCE DE 2009 A 2020: O PORTAL EGRESSO EM
NÚMEROS COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre. Área de concentração: Ensino.

Aprovado (a) em: 25 / 02 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Maracanaú

Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva (Coorientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Maracanaú

Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza

Profa. Dra. Ana Cláudia Uchôa Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza

Profa. Dra. Cristhianny Bento Barreiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense - IFSul

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Wilson e Geane, por proporcionarem sempre o meu acesso à educação. Aos meus irmãos, Frederico e Gabriela, vocês são meus melhores companheiros. A toda enorme família Nobre Girão Pitombeira, meu alicerce.

Aos colegas servidores do IFCE – *campus* de Fortaleza, *locus* de partida e de chegada dessa pesquisa. É um sonho realizado ser aluna dessa casa.

Minha gratidão especial à equipe da Coordenadoria de Comunicação Social do *campus* de Fortaleza, por proporcionarem o suporte necessário para a conclusão desses estudos, por entenderem minhas ausências e por não me deixarem desistir.

Ao bolsista de extensão Felipe Moura, discente do curso de Engenharia da Computação, por sua inestimável contribuição com o banco de dados. E à programadora visual Júlia Brito, pela colaboração no *layout* do Portal do Egresso. Aos colegas da Coordenadoria de Controle Acadêmico, Freitas Neto e Francisco Araújo, pelo suporte com exportação dos dados. Esse produto educacional é nosso!

Aos meus amigos, pelo apoio e incentivo. Em especial à Juliana Lima, pelo exemplo, revisão bibliográfica e metodológica. Ao Jailson Neves, pela revisão linguística e suporte emocional toda vez que eu disse que iria desistir. À Helena Martins, pelas orientações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). À Ivone Menezes, pelo suporte com as transcrições das entrevistas.

Ao meu orientador, prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá, que apoiou minha mudança de tema e minha ambição de produto educacional. Ao meu coorientador, Solonildo Almeida, por delimitar e incentivar o fim dessa pesquisa.

Ao corpo docente do ProfEPT, pela partilha: Antônia de Abreu, Bárbara Rodrigues, Elenilce Gomes, Francisco José de Aquino, Regis Alves, Heloisa Moreira, Jefferson Queiroz, Natal Lânia Roque, Patrícia Ribeiro e Samuel Brasileiro.

À turma 2021 do ProfEPT, pelo apoio mútuo: Adriano Bayma, Ana Mirta Araújo, Ana Paula Albuquerque, Anatália Franco, Brena Késia Alves, Bruna Carneiro, Christiano Barbosa, Lara Machado, Daniela Sales, Denise Holanda, Dheysa Parente, Jonathan Felipe, Hemison Magalhães, Kayciane Alencar, Leonardo Bezerra, Lucélia Fernandes, Nagla de Assis, Rejane Aguiar, Samara Ferreira, Samoel Rodrigues, Sheila Teodosio, Silvia Helena Barros e Yuri Feitosa.

A todos os educadores que influenciaram meu percurso formativo, aos quais homenageio na pessoa do prof. Gilmar de Carvalho (*in memoriam*), um dos mais de 620 mil mortos pela COVID-19 no Brasil. Cultivarei sempre as boas sementes que vocês plantaram.

“Não há vitória sem vulnerabilidade.”
(BRENÉ BROWN, 2013, posição 3135).

RESUMO

O egresso é um tema emergente nos processos de gestão das instituições de ensino e, portanto, merece ser objeto de investigação do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal que analisa o perfil do egresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no período entre 2009 e 2020. Abordam-se a relação ontológica entre o trabalho e a educação e as obrigações legais do acompanhamento do egresso. Por fim, apresenta-se o produto educacional Egresso em Números como uma ferramenta de transparência ativa e como um banco de dados acessível à comunidade científica. O referido produto educacional coleta dados, modela indicadores e dissemina resultados sobre o perfil do egresso do IFCE. Conclui-se que há um processo de amadurecimento em curso sobre o tema do acompanhamento egresso no IFCE, em consonância com o que foi mapeado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Reforça-se a indicação dos portais de dados como abertos instrumentos de informações necessárias à tomada de decisões pelos gestores e ao controle social dos órgãos e políticas públicas.

Palavras-chave: Egresso. Portal do egresso. Transparência ativa. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

Egress is an emerging theme in the management processes of educational institutions and, therefore, deserves to be the object of investigation by the Master in Professional and Technological Education (ProfEPT). This is a descriptive, exploratory and cross-sectional study that analyzes the profile of the graduate of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará in the period between 2009 and 2020. It addresses the ontological relationship between work and education and legal obligations for monitoring the egress. Finally, the educational product Egress in Numbers is presented as an active transparency tool. This educational product collects data, models indicators and disseminates results on the profile of IFCE graduates. It is concluded that there is an ongoing maturation process on the topic of monitoring graduates at the IFCE, in line with what was mapped in the Federal Network of Professional and Technological Education. It reinforces the indication of data portals as it opens instruments of information necessary for decision-making by managers and for the social control of public bodies and policies.

Keywords: Egress Portal. Active transparency. Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Pirâmide invertida da delimitação do tema.....	20
Figura 2 — Estrutura simplificada da educação brasileira.....	33
Figura 3 — Organização do ciclo de matrícula no SISTEC.....	51
Figura 4 — Possibilidades de situação (<i>status</i>) de matrícula dos estudantes no SISTEC em um ciclo.....	52
Figura 5 — Número de egressos por modalidade de ensino.....	79
Figura 6 — Número de egressos por sexo.....	79
Figura 7 — Número de egressos por ano.....	80
Figura 8 — Idade média dos egressos na conclusão do curso.....	81
Figura 9 — Tempo médio de conclusão por ano – Ensino Técnico.....	81
Figura 10 — Tempo médio de conclusão por ano – Ensino Superior.....	82
Figura 11 — Tempo médio de conclusão por ano – Pós-graduação.....	82
Figura 12 — Número de egressos por <i>campi</i>	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Levantamento inicial nos processos de busca para compor o referencial teórico.....	22
Quadro 2 — O acompanhamento do egresso na Rede Federal Educação Profissional.....	42
Quadro 3 — Data da criação da política de acompanhamento do egresso.....	48
Quadro 4 — O conceito de egresso nas políticas de acompanhamento do egresso na Rede Federal EPT.....	49
Quadro 5 — Benefícios da política de acompanhamento do egresso.....	55
Quadro 6 — Produtos educacionais com foco no egresso – Área de Ensino do portal EduCAPES.....	74
Quadro 7 — Comparativo entre as ferramentas de BI.....	77
Quadro 8 — Comparativo entre os dados da Plataforma Nilo Peçanha e do Egresso em Números.....	88

LISTA DE SIGLAS

	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Colégio Pedro II
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-CE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CGU	Controladoria-Geral da União
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPA	Comissão Própria de Avaliação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IES	Instituição de Ensino Superior
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IF Goiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IF Sertão- PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
IF Sudeste MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais
IF Sul de Minas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto/Processo Educacional
PNF	Plataforma Nilo Peçanha
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Rede Federal	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicações
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	APORTE TEÓRICO.....	20
2.1	O governo eletrônico e a transparência ativa.....	22
2.2	Políticas Públicas em Educação Profissional.....	22
2.3	Políticas de Acompanhamento do Egresso.....	26
3	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO NA REDE FEDERAL DE EPT.....	41
4	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO NO IFCE.....	60
5	O EGRESSO EM NÚMEROS.....	72
5.1	Portal Egresso em Números.....	76
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
7	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	86
8	CONCLUSÃO.....	90
	REFERÊNCIAS.....	92
	APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	101
	APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	102

1 INTRODUÇÃO

O egresso, ou seja, aquele aluno que concluiu efetivamente uma formação ofertada pela instituição, é um público estratégico, ou seja, *stakeholders*¹, para qualquer organização de ensino. São ativos imateriais que podem atuar (ou não) como embaixadores da marca.

Além disso, o acompanhamento da vida do egresso permite gerar dados, analisar a formação, identificar pontos negativos e positivos do percurso formativo, sendo um importante instrumento da avaliação educacional, seja nos cursos técnicos, nas graduações ou na pós-graduação.

O presente estudo nasceu da inquietação enquanto servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, por perceber que o tema do egresso oferecia oportunidades de melhoria tanto para o processo de gestão pública, como para as atividades de comunicação institucional. Desde de 2013, passei a atuar no *campus* de Fortaleza do IFCE, acompanhando de perto o vínculo dos ex-alunos que são hoje servidores da casa e ações realizadas pela unidade com esse público.

Um dos exemplos dessas ações é o Encontro de Ex-alunos da unidade, que chegou a sua 35ª edição² em 2019. Foi justamente o trabalho neste evento, do qual participei por sete anos consecutivos, ao lado da emoção de outro rito de passagem (a colação de grau), que fizeram primeiro meu olhar se voltar para o egresso. Alia-se a isso os trabalhos enquanto Coordenadora da Comunicação Social do *campus* de Fortaleza durante o processo de recadastramento institucional junto ao Ministério da Educação, quando percebi o quão estratégica é a temática.

Quem é o egresso do IFCE e como a instituição se relaciona com ele? A partir dessa pergunta orientadora iniciou-se o trabalho de pesquisa. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal que analisará o acompanhamento do egresso no IFCE – *campus* de Fortaleza no período entre 2009 e 2020, o que compreende a primeira década de funcionamento sob a nova institucionalidade.

A pesquisa foi iniciada com uma revisão bibliográfica e está dividida em três partes. A primeira parte investiga o papel do Estado na concentração e distribuição da informação, com

¹ No marketing, chamamos de *stakeholders* os públicos estratégicos para uma organização, sejam eles internos ou externos, tais como: funcionários, gestores, clientes, acionistas/investidores, governo, imprensa, sindicato funcional, sindicato patronal, comunidade circunvizinha, entre outros.

² A 35ª edição do Encontro do Ex-aluno aconteceu em 2019. Entre os anos de 2020 e 2021, o evento não foi realizado devido à pandemia por Covid-19. De acordo com o prof. Edson Almeida, então Diretor de Extensão do *campus* de Fortaleza, trata-se do encontro mais antigo realizado na cidade com ex-alunos de uma instituição de ensino. Em Fortaleza, são exemplos de ações similares o Encontro de Ex-alunos do Colégio Marista, realizado mesmo após o encerramento das atividades do colégio, e o Encontro de Ex-alunos do Colégio 7 de Setembro.

um olhar voltado às possibilidades do Governo Eletrônico e da Lei de Acesso à Informação e aos conceitos de transparência ativa e passiva, bem como suas interfaces com a comunicação.

A segunda parte faz um breve recorte histórico sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil, trazendo ainda a discussão sobre a relação ontológica entre o trabalho e a educação a partir de autores como Ciavatta (2005), Libâneo (2016) e Saviani (2007).

No terceiro tópico, abordam-se as políticas de acompanhamento do egresso a partir de Paul (2005) e Lima e Andriola (2018) e se trazem dados de uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, nos portais dos Institutos Federais, com o objetivo de identificar a presença ou não de uma área para o egresso e de redes sociais próprias para a comunicação com esse público, além de analisar as políticas de acompanhamento formalizadas.

Por fim, apresenta-se o produto educacional Egresso em Números, que sistematiza e publiciza dados oriundos do sistema acadêmico do período compreendido do estudo, atendendo tanto aos objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como aos da transparência ativa.

Trata-se, portanto, de uma investigação com o olhar multidisciplinar característico do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ProfEPT), que está situado na Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao integrar diferentes campos do conhecimento, não se busca construir uma colcha de retalhos do arcabouço teórico. Volta-se o olhar para as fronteiras do conhecimento, sempre desafiadoras e instigantes, partindo da base teórica marxista do ProfEPT em diálogo com outros autores que abordam as áreas citadas anteriormente.

As etapas anteriores forneceram os subsídios para a elaboração de um questionário para a pesquisa de campo exploratória, que consistiu em entrevistas semiestruturadas com cinco gestores do *campus* de Fortaleza e da reitoria envolvidos com a execução da política de acompanhamento do egresso.

Foram entrevistados a pró-reitora de extensão do IFCE, o diretor de Extensão do *campus* de Fortaleza, o diretor de Pesquisa do *campus* de Fortaleza, o coordenador de Acompanhamento de Estágio e Egresso da reitoria do IFCE e um integrante da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *campus* de Fortaleza. Doravante, serão identificados apenas como gestores.

Esses sujeitos foram escolhidos por sua atuação direta na operacionalização das ações de acompanhamento do egresso. Buscou-se investigar os desafios do acompanhamento socioprofissional do egresso a partir da visão dos gestores e da CPA.

Foram analisados, ainda, os documentos institucionais do IFCE que versam sobre a política de acompanhamento dos egressos, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI), os relatórios de avaliação do Ministério da Educação (MEC), os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a portaria que institui a comissão para acompanhamento do egresso do IFCE, a portaria que regulamenta a realização do Encontro do Ex-aluno do *campus* de Fortaleza, entre outros.

Também foram analisadas, a partir de uma perspectiva qualitativa, 21 políticas de acompanhamento do egresso existentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Investigaram-se similaridades e diferenças entre essas políticas a partir da análise do conteúdo dos documentos.

O objetivo deste estudo é conhecer o perfil do egresso do IFCE no período de 2009-2020 e construir uma ferramenta institucional de transparência ativa sobre o acompanhamento do egresso. Além disso, buscou-se:

- traçar um perfil estatístico do egresso do IFCE no período de 2009-2020;
- Identificar os desafios do acompanhamento socioprofissional do egresso a partir da visão dos gestores do *campus* de Fortaleza e da reitoria;
- promover a transparência ativa a partir da sistematização e divulgação de dados estatísticos disponíveis no sistema acadêmico sobre o egresso no período de 2009-2020;
- dar visibilidade ao instrumento *on-line* de acompanhamento dos egressos desenvolvido pela Pró-reitoria de Extensão.

O acompanhamento do egresso pode fornecer dados importantes para o processo de gestão e para o aprimoramento das atividades institucionais. São desafios a coleta e a análise de dados dos ex-alunos, bem como identificar as informações fundamentais para realizar a avaliação educacional e a oferta da educação continuada.

Além disso, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, solicita, em uma das suas dimensões avaliativas, dados sobre o perfil socioprofissional do egresso. Esse requisito foi avaliado com conceito 3 no processo de credenciamento do IFCE – *campus* de Fortaleza junto ao Ministério da Educação (MEC) realizado em 2017³, o que demonstra a necessidade de procedimentos regulares e sistemáticos de avaliação de ex-alunos.

Essa avaliação engloba muitos outros aspectos além do número de profissionais formados pela instituição. Trata-se também de entender o planejamento institucional e a

³ A avaliação institucional externa realizada entre 29/08 e 02/09/2017 pelo Ministério da Educação para fins do credenciamento e transformação de organização acadêmica apontou, em seu relatório, que as ações de acompanhamento dos egressos são pontuais e atendem de forma suficiente às exigências do MEC, correspondendo a um conceito 3 numa escala de 1 a 5. Foi um dos pontos com pior avaliação pela referida comissão.

realidade observada, a implantação e o monitoramento das políticas educacionais e, sobretudo, a transparência dos processos de gestão das instituições de ensino tanto perante a comunidade acadêmica como perante a sociedade.

Aborda-se também a necessidade de se pensar um sistema de avaliação para EPT, como preconizado pelo Plano Nacional de Educação.

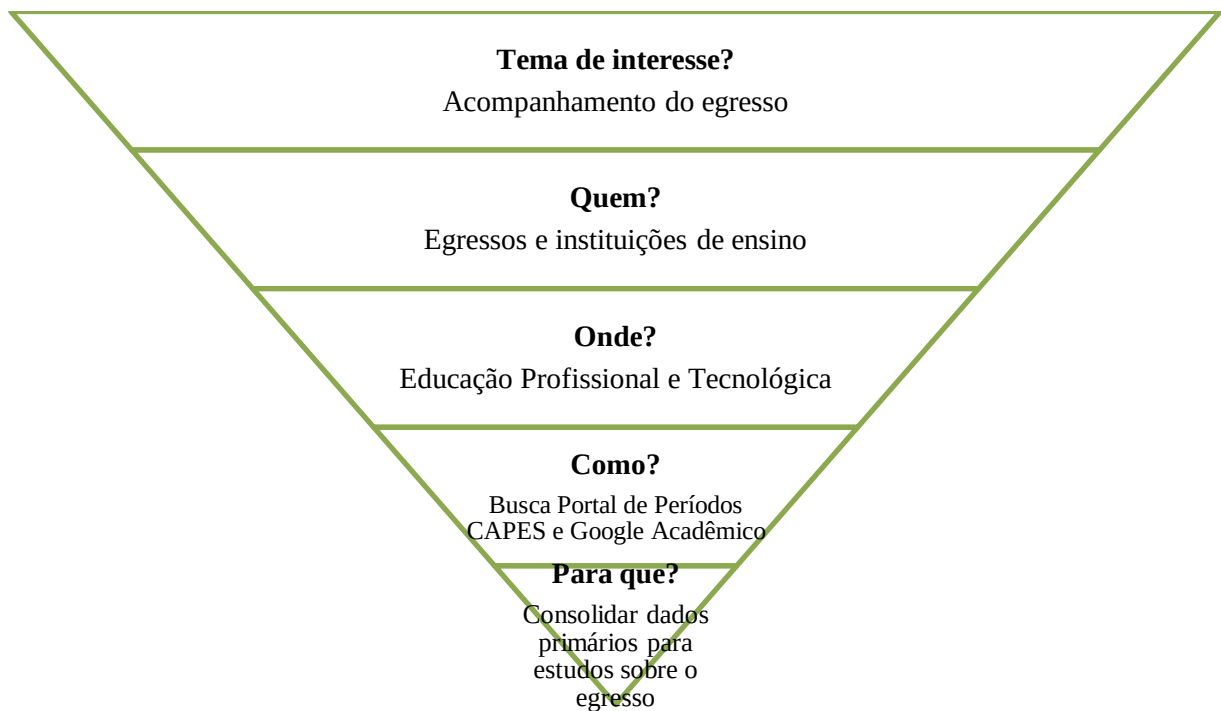
Pelo exposto, considera-se o egresso um tema emergente nos processos de gestão das instituições de ensino e que, portanto, merece ser objeto de estudo do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Espera-se que o Egresso em Números contribua para a consolidação de uma agenda de pesquisa sobre o egresso, ampliando tanto a pesquisa aplicada no âmbito do ProfEPT quanto a pesquisa institucional do próprio IFCE para desvelar ainda mais informações sobre seus ex-alunos.

2 APORTE TEÓRICO

A fim de compor o referencial teórico deste estudo, foram traçados alguns passos essenciais para a construção do referencial teórico da pesquisa. Um dos primeiros passos foi a delimitação do tema por meio da técnica da pirâmide invertida (HOHENDORFF, 2014), conforme a Figura 1:

Figura 1 — Pirâmide invertida da delimitação do tema



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Hohendorff (2014).

A aplicação da técnica da pirâmide invertida foi realizada antes de executar o levantamento bibliográfico, visando auxiliar na definição e delimitação do tema de pesquisa proposto nesta dissertação. Além disso, esse recurso é útil também para a etapa de busca e organização dos materiais para a revisão de literatura a fim de compor o referencial teórico.

A revisão de literatura consiste na contextualização de um determinado problema e na análise dos aspectos já registrados na literatura científica a fim de construir o referencial teórico de uma pesquisa, assim como para buscar referências sobre o tema em estudo (ALVES-MAZZOTTI, 2002; CERVO; BERVIAN, 2002). Para tanto, procedeu-se a uma pesquisa em fontes formais de informação (livros e periódicos), bem como realizaram-se buscas sistemáticas no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico visando identificar os principais conceitos, definições e marcos sobre o acompanhamento do egresso. Para operacionalizar essas

buscas, utilizamos os seguintes termos que também compõem a estratégia de busca adotada: egresso, acompanhamento do egresso, avaliação do egresso.

Utilizar o Portal de Periódicos da Capes para efetuar buscas sobre o tema se justifica pelo fato de que se trata de um metabuscador, ou seja, reúne várias bases de dados e ferramentas de busca em um único espaço, além de disponibilizar um acervo com mais de 48 mil títulos de periódicos com texto completo, bases de dados referenciais e de resumos, bases de dados estatísticas, dissertações e teses, obras de referências, conteúdos audiovisuais, arquivos abertos e redes de *e-prints*, bases de patentes, normas técnicas, entre outros tipos de documentos.

O Google Acadêmico, por sua vez, é a versão do Google para busca de informações científicas. Também é um metabuscador, com uma base de dados mais ampla, que considera o texto completo em sua indexação e número de vezes que foi citado pela comunidade acadêmica. Permite identificar publicações afins e pesquisas mais abrangentes (MUGNAINI, STREHL, 2008).

Na estratégia adotada para compor o desenho deste estudo, de modo que o contexto sobre a temática seja o mais fidedigno possível ao estado da arte, optou-se por consultar também os Portais do Egresso da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de diversas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica e por realizar uma pesquisa documental com o objetivo de coletar informações e fazer o mapeamento de políticas e ações de acompanhamento dos egressos. Esse levantamento de campo foi fundamental para o tema em estudo porque “a construção de um aporte teórico reflexivo e crítico sobre o estado da arte de uma determinada área temática, desde as suas concepções históricas, culturais e ideológicas até o que há de mais atual sobre o estudo” (BENTES PINTO; CAVALCANTE, 2015, p. 32) são essenciais para a elaboração de uma revisão bibliográfica e análise documental.

Esses procedimentos tornaram possível relacionar o assunto desta pesquisa e recuperar materiais significativos para compor o referencial teórico. Alguns dos resultados recuperados que foram selecionados durante o processo de busca sobre o tema em estudo estão discriminados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Levantamento inicial nos processos de busca para compor o Referencial Teórico

TEMA PRINCIPAL	TÓPICOS RELACIONADOS	AUTORES/MATERIAIS RECUPERADOS
ACESSO À INFORMAÇÃO	<i>TRANSPARÊNCIA ATIVA</i>	JARDIM (2012); ANGÉLICO, CARVALHO (2012); LOPES (2019); MARTINS (2012); MESQUITA (2016); PEDROSO, TANAKA, CAPPELLI (2013); SCHOMMER, DAHMER, SPANIOL (2013); VAZ (2002)
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	<i>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</i>	MOURA (2008); RAMOS (2014); TURMENA, AZEVEDO (2017); CÂNDIDO (2019)
	<i>TRABALHO COM PRINCÍPIO EDUCATIVO</i>	CIAVATTA (2005); LIBÂNEO (2016); SAVIANI (2007); KUENZER (1989)
EGRESSO	<i>AVALIAÇÃO DO EGRESSO</i>	PAUL (2005); LIMA, ANDRIOLA (2018); ANDRIOLA (2014); COELHO, SILVA (2017)
	<i>EGRESSO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</i>	MORAES <i>et al</i> (2020) (ORG); MARQUES (2016)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diante do exposto, os procedimentos adotados no processo de busca seguiram passos rigorosos com a finalidade de recuperar materiais que refletissem o estado da arte sobre a temática, de evidenciar os principais tópicos e seus desdobramentos (subtópicos), de apresentar os autores que publicam sobre o assunto e de compor o quadro teórico sobre as políticas de acompanhamento do egresso.

2.1 O governo eletrônico e a transparência ativa

Tornar a gestão pública mais acessível ao cidadão, emponderando-o de informações para que possa monitorar as ações de governos e de órgãos públicos é um requisito de transparência o qual favorece que o interesse público seja o guia na tomada de decisões da administração.

Além disso, o próprio acesso à informação é um direito previsto na Constituição Federal e uma obrigação dos órgãos públicos, conforme o inciso XXXIII do art. 5:

Art. 5º (....)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

Na visão de Jardim (2012, p. 2), “trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas”. Apesar do caráter progressista da constituição cidadã de 1988, a relação de comunicação dos órgãos públicos e da sociedade se dá até hoje de forma assimétrica, numa relação marcada quase sempre pela ausência das informações do Poder Público e de seus agentes.

Apesar de não ser escopo dessa pesquisa pensar as representações do Estado⁴, é preciso lembrar o seu papel na sociedade capitalista, em que, como nos diz Bourdieu (1996, p. 104), a “concentração do capital econômico” está associada à “concentração do capital de informação”. Portanto, as administrações públicas, sejam por meio dos governos ou dos órgãos públicos, têm papel na produção simbólica, nas percepções e nos pensamentos.

O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional, pela *objetivação*, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de *codificação* como unificação cognitiva que implica a centralização e monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados. (BOURDIEU, 1996, p. 105, grifo do autor).

O Estado, produto e produtor das condições sociais, é objeto de disputa por exercer poder sobre os outros tipos de capital. É, como nos aponta Bourdieu (1996, p. 108), “o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico”, pois regula as práticas sociais, exerce uma ação formadora, principalmente por meio da escola, e de unificação da cultura, estabelece formas de classificação e de divisões comuns, imbui quadros sociais da percepção, da compreensão e da memória, molda estruturas mentais, legitima atos do capital simbólico de outros atores sociais⁵.

⁴ Para Bourdieu (1996, p. 99), “o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores”.

⁵ Isso perpassa até mesmo os movimentos sociais, que em seus confrontos e questionamentos ao Estado, também reconhecem a autoridade e a legitimidade de suas ações, bem como o seu papel criador do sistema simbólico. Como Bourdieu (1996, p. 104) pontua, “uma série de lutas, aparentemente dirigidas contra ele, reconhece, de fato, esse poder ao lhe pedir que autorize uma categoria de agentes determinados - as mulheres, os homossexuais - a ser oficialmente, isto é, pública e universalmente, o que ela é, até então, apenas para si mesma”. Nesses

Para compreender a dimensão simbólica do efeito do Estado, especialmente o que podemos chamar *de efeito de universal*, é preciso compreender o funcionamento específico do microcosmo burocrático; é preciso analisar a gênese e a estrutura desse universo de agentes do Estado, particularmente os juristas, que se constituíram em nobreza de Estado ao instituí-lo e, especialmente, ao produzir o discurso performativo sobre o Estado que, sob a aparência de dizer o que ele é, fez o Estado ao dizer o que ele deveria ser, logo, qual deveria ser a posição dos produtores desses discursos na divisão do trabalho de dominação. (BOURDIEU, 1996, p. 121, grifo do autor).

Como integrante do sistema simbólico do Estado, o campo jurídico, por meio de suas doutrinas, leis e normas, funciona como uma forma particular de capital cultural “que, pouco a pouco, deixou de ser uma simples ficção de juristas para tornar-se uma ordem autônoma, capaz de impor amplamente a submissão a suas funções, e a seu funcionamento, e o reconhecimento de seus princípios” (BOURDIEU, 1996, p. 122). Por isso, o olhar atento.

As políticas de transparência pública ganharam força a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada no Brasil em novembro de 2011, acelerando o amadurecimento das instituições para a efetiva abertura à sociedade e fortalecendo os mecanismos de controle social, principalmente por meio da imprensa. A LAI tem como diretriz a máxima divulgação das informações de forma proativa, sem que exista motivação para o pedido. A publicização é a regra, sendo o sigilo a exceção para as informações públicas (MESQUITA, 2016; JARDIM, 2012), como fica explícito no decreto que regulamenta a LAI:

Art. 7º - É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011. (BRASIL, 2012).

O princípio político-jurídico é que “toda informação produzida ou acumulada pelo Governo no decorrer da administração do Estado é de natureza pública, embora não seja eventualmente de acesso irrestrito, por força de restrições legais” (JARDIM, 2012, p. 6). A LAI abrange a administração pública direta, as autarquias⁶, as fundações e empresas públicas, sociedade de economia mista, entre outras instituições.

A legislação brasileira está em consonância com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (MARTINS, 2012).

momentos de disputa, em que se volta a gênese dos padrões estabelecidos no sistema simbólico, é possível incluir forças sociais que antes estavam excluídas. As divisões e classificações não são, portanto, naturais, mas constituídas como resultado desses processos.

⁶ Os Institutos Federais “possuem natureza jurídica de autarquia” conforme parágrafo único da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e como tal estão submetidos à Lei de Acesso à Informação.

Todos esses tratados promulgam garantias de liberdade de expressão e pensamento aos cidadãos que impõem barreiras à atuação do Estado, impedindo-o de cercear ou indevidamente restringir essas liberdades. Esses documentos internacionais também impõem ao Estado a obrigação positiva de assegurar aos cidadãos o acesso à informação. Nesse sentido, o Estado deveria não somente fornecer informações quando solicitado, mas também ter a iniciativa de produzir e divulgar as informações de interesse público que estão em seu poder. (MARTINS, 2012, p. 235).

No entanto, não se trata apenas de disponibilizar dados ao público. É preciso “organizar a informação de maneira simples para que o cidadão a compreenda e a utilize” (MESQUITA, 2016, p. 6). Então, quando falamos em transparência ativa⁷, referimo-nos a uma postura proativa do Governo e de seus órgãos em divulgar as informações nos meios disponíveis de modo que possa atender aos cidadãos que procuram os serviços públicos, além de promover a escuta, o diálogo, a cultura de transparência e um governo aberto.

Promoção de um governo aberto e de uma cultura da transparência é o princípio que obriga o governo a promover campanhas em favor da abertura, leva o governo a agir como fomentador da transparência e não apenas como cumpridor da LAI, cabe ao governo ser um agente que leve a sociedade para mais abertura. (MESQUITA, 2016, p. 3).

A disponibilização de informações para fins de transparência também requer que os dados sejam abertos. Pedroso, Tanaka e Cappelli (2013, p. 524) trazem a definição da *Open Definition* de que “um dado é aberto se qualquer pessoa for livre para usá-lo, reusá-lo e redistribuí-lo”, e acrescentam:

Em reforço e em complemento a essas propriedades, os dados governamentais são considerados abertos quando publicados de acordo com oito princípios, elencados como atributos dos dados abertos governamentais [W3C, 2011]: completos, primários, atuais, acessíveis, compreensíveis por máquina, não discriminatórios, não proprietários e livres de licenças. Um aspecto essencial que se busca em quaisquer definições de dados abertos é a interoperabilidade, isto é, a capacidade de sistemas e organizações interoperarem com diferentes conjuntos de dados. (PEDROSO; TANAKA; CAPPELLI, 2013, p. 524).

Por sua vez, Vaz (2002, p. 14) aponta três fatores que impactam “a administração pública e a governança eletrônica: a disseminação da tecnologia da informação, o aumento da conectividade e a convergência de várias tecnologias”. Diante do paradigma da informatização, a tecnologia da informação é um meio para a promoção da cidadania, para a oferta de novos

⁷A transparência passiva, por sua vez, “é a obrigação do Estado de atender pontualmente aos pedidos de acesso à informação que nos serão apresentados” (VIEIRA, p. 12-14).

serviços e para a transparência. Cria, portanto, condições para interações permanentes com a sociedade civil e para o controle social das ações do governo e dos órgãos públicos.

Neste aspecto, especialmente, o papel da Internet é bastante promissor, quanto à implantação da disponibilidade de informações para a sociedade civil e da transparência dos governos: quer seja por moto próprio, quer por exigência legal, como para o atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ou por pressão da sociedade, crescentemente os governos têm utilizado esta tecnologia para prestações de contas, divulgação de relatórios financeiros, acompanhamento de obras e projetos e divulgação de ações de políticas públicas. (VAZ, 2002, p. 19).

As Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) são, portanto, indispensáveis e são estratégicas para a promoção da transparência das instituições públicas. Proporcionaram a efetivação de portais de transparência e de políticas de dados abertos de forma eficiente e barata. Na visão de Jardim (2012, p. 13), “a internet é forma privilegiada para a divulgação de documentos e informações governamentais, mesmo pelas administrações que não fazem uso da noção de transparência ativa”.

No entanto, na prática, a cultura de dados abertos encontra dificuldades na sua implantação. Pedroso, Tanaka e Cappelli (2013, p. 525) apontam como inconformidades a falta de atualização de informações ou sua disponibilização de forma incompleta, inadequação dos formatos e necessidade de licenças proprietárias. Para os autores, isso se deve a problemas de gestão decorrentes da falta da cultura de transparência e da limitação técnica dos recursos humanos envolvidos.

2.2 Políticas Públicas em Educação Profissional

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma das primeiras políticas nacionais de educação, com a criação de unidades das Escolas de Aprendizes e Artífices em todas as capitais brasileiras em 1909. Nas palavras de Ciavatta (2005, p. 5), sua história no Brasil constituiu-se “uma luta política permanente entre duas alternativas: a implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional; *versus* a proposta da introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual.”

Não podemos nos esquecer que a educação brasileira como um todo é marcada por uma dualidade estrutural, com percursos formativos muito distintos para os filhos da elite e para os filhos das classes menos favorecidas. Uma divisão entre aqueles que pensam e aqueles que fazem.

Essas são limitações próprias de uma sociedade contraditória, fortemente marcada por uma cultura escravocrata. Nela, a educação ao longo do tempo teve um caráter dual, ou seja, uma educação de caráter acadêmico/academicista, centrada nas ciências, nas letras e nas artes, proporcionada às elites e aos seus filhos, e uma educação dirigida à formação profissional de caráter instrumental para o trabalho de baixa complexidade, destinada aos filhos da classe trabalhadora. (DANTE, 2008, p. 27).

O modelo adotado na educação e a prática educativa mudaram ao longo das décadas em função das próprias necessidades do sistema capitalista. No Brasil, por exemplo, a oferta da educação passou a se intensificar e a ter por objetivo a universalidade a partir de 1930, atendendo às demandas do setor produtivo, da industrialização e da criação de empresas estatais.

Essa transformação está em consonância ao postulado de Saviani (2007, p. 8) de que "à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação", alterando a relação do homem com o trabalho.

O próprio Estado, a partir do capital estatal, como aponta Bourdieu (1996, p. 100), vai assegurar "o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar)", o que implicará profundas alterações do modelo educacional.

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes. (SAVIANI, p. 6, 2007).

Ciavatta (2005) integra um grupo de marxistas, com Lukács e Mészáros, que compreende a categoria trabalho como ontológica. Isto significa que é a partir do trabalho que se estrutura o ser social, a vida humana e o próprio conhecimento. O trabalho, como atividade ontológica, é a base da organização social e da relação do homem com a natureza. Caracteriza-se pelo "ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas" (SAVIANI, 2007, p. 3).

Para Saviani (2007, p. 3), "o que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico". Em consonância com esse pensamento, Ciavatta não concebe a separação entre a educação e o trabalho. Essa indissociação aconteceria "em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior"

(CIAVATTA, 2005, p. 2). Proporcionaria ao ser humano uma formação integral, omnilateral, abrangendo os aspectos físico, mental, cultural, político e científico-tecnológico.

No entanto, a realidade material da educação brasileira é bem diferente desse ideário. Isso porque, da sociedade capitalista, deriva a separação entre as classes sociais e a consequente dissociação entre o trabalho e a educação (SAVIANI, 2007), bases da reprodução das desigualdades e do próprio sistema capitalista.

Ciavatta (2005) destaca a dualidade histórica que reserva percursos formativos diferentes aos filhos da classe trabalhadora e aos das elites, separando-os entre os que vão executar e os que vão liderar as ações do mundo do trabalho. A história brasileira é marcada por séculos de ciclos econômicos escravistas e por uma consequente discriminação do trabalho manual. O trabalho intelectual e o saber contemplativo eram destinados aos homens livres, configurando uma divisão social do trabalho. “As primeiras escolas voltadas para o trabalho, de caráter assistencialista, ensinavam ofícios e instruíam esses sujeitos para afastá-los do ócio e da criminalidade” (CÂNDIDO, 2019, p. 15).

É apenas a partir de 1930 que o analfabetismo se torna uma preocupação das elites intelectuais e que a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado, sem superar seu caráter dual, que permanece até os dias de hoje na educação brasileira.

A educação brasileira, pensada de fora para dentro e, no final do Século XX, sob uma forte sugestão dos organismos internacionais multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, passou a ser influenciada pela Teoria do Capital Humano. A educação é vista como mais um produto cujo objetivo é formar o trabalhador/consumidor, com vistas à exploração predatória e desumana da força de trabalho. A qualidade e as competências são, portanto, aquelas exigidas pelo mercado.

Para Libâneo (2016, p 41), “tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo”. A subordinação da educação ao mercado é ainda mais explícita na EPT, que tem como objetivos institucionais a qualificação para o trabalho, a inserção produtiva e o desenvolvimento local.

As escolas profissionalizantes⁸, como todo o sistema de educação, têm o desafio de formar integralmente o cidadão para o exercício da cidadania, devendo ajudar os alunos a

⁸ Aqui referimo-nos ao sistema de educação profissional como um todo, ou seja, à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as Escolas Estaduais de Educação Profissional mantidas hoje por diversos estados, inclusive o Ceará.

desenvolverem o senso crítico. Não pode visar, portanto, apenas à empregabilidade imediata, mas ser um caminho para a travessia rumo a outro modelo social mais justo.

A escola, como um dos locais prioritários onde se desenvolvem os processos educativos, é arena de disputas do modo como se dá a relação trabalho e educação. A proposta de uma formação integral que considere o princípio educativo do trabalho foi derrotada e venceu o viés de formação para o mercado. Uma formação rápida com foco em formar o trabalhador flexível, que atenda aos interesses do capital. Assim, “(...) a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo” (SAVIANI, 2007, p. 10).

As transformações do mundo do trabalho impactam diretamente as políticas educacionais e a organização escolar. E isso pode ser visto no cenário brasileiro pelo movimento pendular das intermináveis reformas no sistema educacional. Apesar da dualidade estrutural não ter sido superada, é “uma meia-verdade que as escolas continuam a educar como antes”, ademais, conforme Ciavatta (2005, p. 10):

[...] Entre outras coisas, mudaram as condições do trabalho do professor, mesmo que, teoricamente, declarem-se os mesmos fins da educação: a socialização para a vida em sociedade e o domínio dos conhecimentos dos saberes e de muitos dos fazeres assimilados secularmente pela humanidade.

Além disso, o conjunto de competências exigidas pelo mercado de trabalho também se alterou diante do esgotamento dos modelos de produção taylorista/fordista, em que a principal função da educação era disciplinar o trabalhador e dirigentes em percursos bem distintos característicos da dualidade estrutural da educação.

Kuenzer e Grabowsk (2016) destacam que estamos sob a égide de um modelo de produção flexível, em que se exige um trabalhador multitarefa, capaz de aprender a aprender e de desempenhar diferentes funções ao longo de sua trajetória profissional.

Ser flexível, para uma expressiva parcela de trabalhadores, significa adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação. A competência, nos pontos desqualificados das cadeias produtivas, resume-se ao conhecimento tácito, demandado pelo trabalho concreto. Não há para estes trabalhadores que atuam nos setores precarizados, demandas relativas ao desenvolvimento da competência de trabalhar intelectualmente em atividades de natureza científico-tecnológica, em virtude do que não se justifica formação avançada. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 27).

Se ainda há na educação brasileira uma forte marca da pedagogia tradicional (educação bancária e depositária), o modelo da pedagogia das competências e o modelo de educação socialista influenciam a elaboração das políticas educacionais nas últimas décadas, com domínio da primeira concepção. No entanto, é inegável que os jovens, em especial os filhos da classe trabalhadora, não podem deixar de pensar nas condições materiais de sua subsistência.

Mas, se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais não é um dado desprezível, pelo contrário, é parte do processo educativo. (CIAVATTA, 2005, p. 14).

O incremento na oferta da educação profissional, desde a Era Vargas, esteve atrelado ao projeto nacional-desenvolvimentista e à necessidade de fornecer mão de obra qualificada para o mercado interno. Ao mesmo tempo em que atende aos interesses do trabalhador por formação, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica também atende ao interesse do capital por trabalhadores. Essa dupla relação pode ser percebida até hoje no ato da criação dos Institutos Federais, que assumiram, como uma de suas funções, o desenvolvimento regional. Turmena e Azevedo acrescentam:

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra, objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro. (TURMENA; AZEVEDO, 2017, p. 1073).

A ampliação da educação profissional encarra novos desafios, pois o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo baseia-se em um modelo de produção flexível, onde há uma valorização do capital às custas da precarização das relações de trabalho. Sendo, portanto, a empregabilidade e a inserção produtiva muito diferentes daquelas estabelecidas no modelo fordista.

2.3 Políticas de Acompanhamento do Egresso

O que determina o êxito de um egresso? A conquista de um emprego formal? O sucesso no desenvolvimento de seu próprio negócio? O grau de apreensão dos conhecimentos? Alcançar outro nível de estudo (graduação, mestrado ou doutorado)? A formação integral para atuar como cidadão? E o que é uma formação integral?

O acompanhamento do egresso interessa tanto ao capital como a uma educação transformadora. Trata-se, na verdade, de mais uma arena de disputa, como o próprio sistema de educação o é. Para as matrizes liberais, a educação é um meio tanto para formar o trabalho/consumidor quanto para prepará-lo para o ciclo de inclusão e exclusão das forças produtivas. Isso se expressa tanto nos estudos longitudinais de empregabilidade como na avaliação da qualidade dos cursos a partir das competências exigidas pelo mercado.

As matrizes socialistas, por sua vez, não desenvolveram a discussão sobre o acompanhamento do egresso. Abordam-se bastante a relação ontológica do trabalho e da educação e o papel desta última como um agente de transformação do modelo de produção estabelecido. É preciso lembrar que:

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder. (HOLFLING, 2001, p. 35).

Pesquisas de acompanhamento de egressos vêm sendo desenvolvidas amplamente desde os anos de 1960 (PAUL, 2015) em alguns países da Europa e nos Estados Unidos. No entanto, o tema começou a ganhar espaço, ainda que timidamente, no cenário nacional das últimas três décadas.

No Brasil, embora algumas pesquisas tenham sido realizadas na década de 1980 e os “Portais do Egresso” tenham proliferado nos últimos anos, os estudos de egressos continuam esporádicos, pouco utilizados e com insuficiências metodológicas que podem estar associadas à falta de observação das experiências internacionais. (PAUL, 2015, p. 309).

Muitas pesquisas de acompanhamento da vida do egresso focam no tópico da empregabilidade e da adequação do currículo às demandas do mercado (LIMA; ANDRIOLA, 2018).

Tais categorias de análise refletem a taxonomia utilizada por Andriola (2004), baseando-se no modelo europeu desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quais sejam: a) perfil sócio demográfico, a qual denota indicadores tipo de contexto pela caracterização contextual do público pesquisado; b) efetividade profissional, que possibilita a construção de indicadores de produto, por demonstrarem aspectos da inserção profissional como resultados da formação ofertada; c) avaliação do curso, que possibilita análise de indicadores de recursos, pelo fato de permitirem aos alunos avaliarem sobre a infraestrutura, os equipamentos, os professores, a biblioteca e o ambiente acadêmico; e d) relação com a instituição, categoria relacionada unicamente aos indicadores tipo de processos ao verificar sobre o nível de envolvimento do ex-aluno nas atividades, espaços e serviços da IES. (LIMA; ANDRIOLA, 2018, v. 23, p. 112).

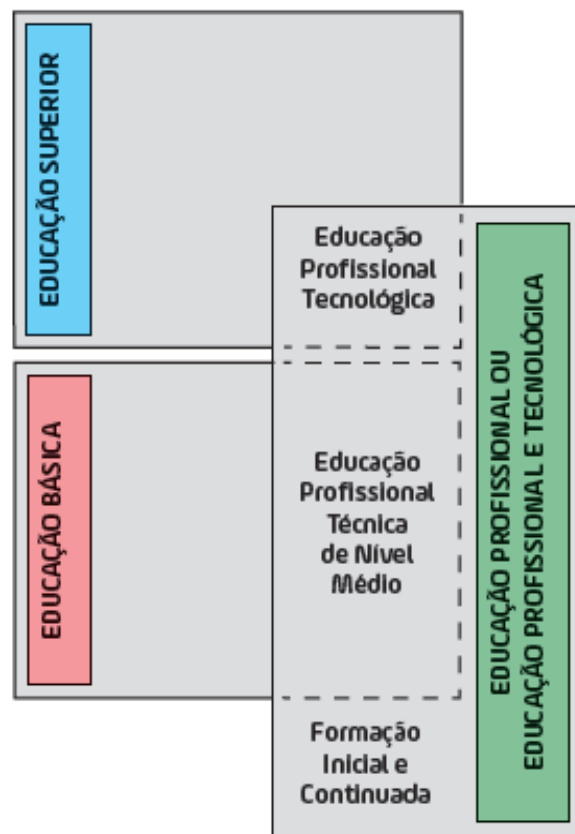
Alguns sistemas nacionais unificados de pesquisa têm o objetivo de formar *rankings* e sofrem críticas por isso. É o caso da pesquisa realizada pelo Ministério do Ensino Superior da França como aponta Jean-Jacques Paul (2015).

Para Moraes *et al.* (2020, p. 13), “avaliar é dar valor”, sendo o processo avaliativo “uma resposta ao princípio da ‘garantia de padrão de qualidade’ do ensino, previsto na Constituição Federal”, que deve contemplar todos os níveis de ensino, ou seja, a educação básica, a educação profissional e tecnológica e a educação superior.

De acordo com o artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996).

Essa complexa rede, que oferta ensino médio profissionalizante, formação profissional de nível técnico, educação de jovens e adultos, graduação e pós-graduação, atende às obrigações de cada um desses níveis do sistema de educação – o que impõe desafios ao processo de avaliação institucional.

Figura 2 - Estrutura simplificada da educação brasileira



Fonte: Moraes e Albuquerque (2020, p. 74).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), como o próprio nome explicita, foi pensado para a realidade das universidades e faculdades, sejam elas públicas ou privadas.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, art. 1º, § 1º).

Criado em 14 de abril de 2004 através da Lei nº 10.861, o Sinaes estabeleceu o processo avaliativo das instituições de educação superior em duas etapas: a autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e a avaliação externa, conduzida por uma comissão docente credenciada e capacitada pelo Ministério da Educação. O Sinaes tem um caráter sistêmico e abrange, ainda, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Entre os documentos orientadores do processo de avaliação institucional, destaca-se o manual técnico que estabelece as diretrizes e o instrumento para a avaliação externa das instituições de educação superior. Nele são detalhadas as dez dimensões do processo de avaliação previstas no artigo 3º da lei que institui o Sinaes. O documento estabelece que:

[...] a avaliação é entendida como uma atividade estruturada que permite a verificação da qualidade institucional, no sentido de sua responsabilização com o social e no redimensionamento das ações da própria instituição. Os resultados favoráveis da avaliação só se concretizam se, democraticamente, a avaliação for assumida por todos os seus integrantes de forma rigorosa, isenta e autônoma. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 11)

No processo de avaliação institucional, o egresso é considerado parte integrante da comunidade acadêmica e um elemento constitutivo da instituição de ensino. Então, como as IES podem construir uma avaliação participativa e representativa sem um diálogo permanente com seus ex-alunos? Na prática institucional, percebe-se o egresso como um elemento tanto dos processos de gestão educacional como no da comunicação institucional.

Um dos desafios do processo de avaliação é estabelecer critérios padronizáveis e comparáveis que avaliem a IES em sua totalidade. O MEC define os seguintes conceitos:

Dimensões são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da instituição. Neste instrumento, as dimensões consideradas são as dez dimensões do SINAES.

Grupo de indicadores é o conjunto de características comuns usadas para agrupar, com coerência e lógica, os indicadores. Entretanto, não são objetos de avaliação e pontuação.

Indicadores representam algum aspecto ou característica da realidade que se pretende avaliar. Expressam algum aspecto da realidade a ser observada, medida, qualificada e analisada. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 38, grifo do autor).

A nona dimensão do Sinaes aborda as políticas de atendimento aos estudantes, tendo com um dos grupos de indicadores o tema egresso. Na matriz de avaliação, dois aspectos são analisados: a política de acompanhamento do egresso e os programas de educação continuada voltados para o egresso.

O Ministério da Educação detalha ainda que é atribuído conceito máximo⁹ ao indicador da política de acompanhamento do egresso:

Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de

⁹ Os critérios são avaliados em conceitos de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima.

organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existe na IES uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos que contemple:

- mecanismos para a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos;
- mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos;
- mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho;
- mecanismos de utilização das opiniões dos egressos para aperfeiçoamento do processo de formação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 164-165).

Já o conjunto de indicadores acerca dos programas de educação continuada é avaliado com nota máxima:

Quando existem programas de educação continuada voltados para o egresso de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existem na IES programas voltados para a constante atualização do egresso caracterizados por:

- realização de seminários e outros eventos congêneres;
- realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 165).

As pesquisas dos egressos devem englobar diversos atores das IES, como as coordenações de curso, a comissão própria de avaliação (CPA), o setor pedagógico, a área responsável pela integração com o mercado de trabalho, a comunicação institucional, entre outros. Há desintegração entre essas áreas, além da desatualização de contatos dos ex-alunos e a falta de interesse dos mesmos em responder às pesquisas em tempo hábil.

No entanto, o principal desafio do processo de avaliação é que os dados coletados realmente influenciem os rumos administrativos da instituição de ensino.

A avaliação enquanto processo contínuo de reflexão e ação, articulada e subsidiária ao planejamento, justifica-se ao produzir sentidos sobre as realidades institucionais presentes, possibilitando assim a idealização de futuros alternativos, orientados aos objetivos institucionais e à pertinência social e profissional do ensino superior de graduação. (LIMA; ANDRIOLA. 2018. p. 20).

Além disso, é preciso considerar que Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem especificidades que o SINAES não consegue abranger, ao ofertar desde a formação continuada, a formação técnica de nível médio, graduação e pós-graduação, com mestrados e doutorados. Apesar dos avanços, se faz necessário destacar que:

No Brasil, não temos constituída uma política pública para avaliação da educação profissional em larga escala, como ocorre com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), demonstrando que há um hiato e uma desobediência ao art. 206, inc. VII, que promulga “garantia do padrão de qualidade” como princípio fundamental, e ao art. 209, inc. II sobre “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”, consubstanciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (KORB; ANDRADE; BORGATTO, 2020, p. 117).

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem como sua décima primeira meta a expansão da oferta de educação profissional, triplicando a oferta de vagas e assegurando a qualidade da educação ofertada. Para isso, estabelece como uma de suas estratégias “institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas” (BRASIL, 2014).

Antes de avançarmos na necessidade de um sistema próprio de avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, é preciso nos aprofundar no motivo pelo qual o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) não são suficientes para avaliar essa modalidade, bem como entender os motivos metodológicos que fazem o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior, organizados pelo Inep não desvelarem a realidade da EPT.

O Censo Escolar se constitui como um dos mais importantes levantamentos estatísticos da educação brasileira e é realizado anualmente pelo INEP. Tem caráter obrigatório para todas as instituições de educação básica, sejam públicas ou privadas, e coleta, entre outras informações, dados sobre os cursos de educação profissional técnica de nível médio. Sua metodologia, no entanto, no intuito de fazer um retrato da educação básica brasileira e de estabelecer indicadores importantes do rendimento e da evasão escolar, vincula profissionais e alunos a uma turma em uma série anual. Essa tradicional organização da educação básica não condiz com a organização curricular da EPT. Por ser organizada em semestres, com duas entradas anuais de estudantes, a quantidade total de discentes da educação profissional “não é contemplada integralmente pelas contagens do Censo Escolar” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020, p. 77), sempre realizado em maio do ano de referência¹⁰

Esse descompasso entre a estrutura típica da EPT e a metodologia do Censo Escolar resulta em algumas imprecisões na coleta. Tome-se, por exemplo, o caso de um curso técnico ofertado em 8 semestres letivos, sob a organização curricular disciplinar. Um

¹⁰ O censo escolar é realizado na última quarta-feira do mês de maio, estabelecido com o Dia Nacional do Censo Escolar.

aluno matriculado nesse curso pode estar cursando disciplinas de distintos semestres (ciclos), sem pertencer, necessariamente, a uma turma específica. A existência de estudantes matriculados em disciplinas de múltiplos semestres é uma realidade bastante comum nos cursos técnicos, tal como ocorre nos cursos de educação superior. (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020, p. 80).

Outro ponto é que “a formação inicial e continuada de trabalhadores não está incluída em um nível escolar” (MORAES, ALBUQUERQUE, 2020, p. 85), não sendo possível quantificar com exatidão o número de estudantes nessa modalidade nem avaliar programas importantes da EPT, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Moraes e Albuquerque acrescentam que “a ausência dos números revela o desinteresse pela formação de trabalhadores, a falta de uma concepção do que seja a EPT para os gestores educacionais e do quão estratégica ela é para o desenvolvimento do País” (MORAES, ALBUQUERQUE, 2020, p. 85-86).

O Censo da Educação Superior, por sua vez, fornece dados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem caráter obrigatório para instituições de educação superior (IES) públicas e privadas. “Coleta informações sobre cursos, docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo, dados financeiros e de infraestrutura” (MORAES, ALBUQUERQUE, 2020, p. 86). Trabalha com o conceito de matrícula ativa e também traz o grau de ensino, ou seja, indica se o curso é bacharelado, licenciatura ou tecnológico¹¹.

Apesar de a metodologia de coleta dos dados ser adequada à estrutura curricular da EPT, pois se analisa o vínculo do estudante com a IES e com o curso, o Censo da Educação Superior não coleta dados da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, que, por sua vez, são sistematizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Além disso, o que identificamos no Brasil como Educação Profissional também é atravessada pela natureza da instituição que oferta a formação. É o que destacam Moraes e Albuquerque:

É certo que todos os cursos de qualificação profissional e todos os cursos técnicos, independentemente de seus locais de oferta, devem ser incluídos no escopo da EPT. Raciocínio semelhante pode ser usado para os cursos superiores de tecnologia (CST), ainda que suas ofertas estejam localizadas em instituições não especializadas em EPT. Um curso de engenharia ofertado em um IF compõe, certamente, o escopo da EPT, mas teremos dificuldade de classificá-lo como tal quando ofertado em uma universidade federal, por exemplo. O mesmo vale para os cursos de licenciatura e para as pós-graduações que, quando ofertadas em IFs, fazem parte da EPT, tendo seus orçamentos garantidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, mas que estão no universo exclusivo da educação superior quando ofertados longe dessas instituições especializadas. Tais fatos configuram uma complexa

¹¹ Há também a categoria não aplicável, quando o estudante está matriculado em um curso sequencial de formação específica ou curso com área básica do curso.

caracterização da EPT nacional que, para sua justa identificação, precisa levar em conta tanto os tipos de curso ofertados quanto os locais de suas ofertas. (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020, p. 74).

Por adotarem metodologias de coleta e de análise diferentes, os dados do Censo Escolar da Educação Básica e do Censo da Educação Superior não podem ser simplesmente somados para oferecer dados confiáveis sobre a Educação Profissional Brasileira. Além disso, como já destacado anteriormente, há ausência de dados, nesses referidos censos, sobre os cursos de formação inicial e continuada, a qual inclui programas relevantes na EPT, como Mulheres Mil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), e sobre a pós-graduação.

Segundo Moraes e Albuquerque, esses são os motivos que justificam a necessidade de uma avaliação para a educação profissional brasileira e que revelam porque, por exemplo, “não é possível responder quantos alunos estudam na EPT brasileira” (MORAES, ALBUQUERQUE, 2020, p. 94). Isso vai ao encontro da necessidade de monitorar e acompanhar as políticas públicas com dados estatísticos e indicadores de desempenho.

Um passo no enfrentamento desse problema foi a criação da Plataforma Nilo Peçanha, “fruto do trabalho coletivo de equipes técnicas que buscaram alternativas às limitações estatísticas experimentadas na Rede Federal” (MORAES, 2020, p. 424). A referida plataforma constitui-se como “ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (BRASIL, 2018). Sobre a PNP, ficou estabelecido que:

Art. 2º A PNP reunirá dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). (BRASIL, 2018).

A Plataforma Nilo Peçanha nasce sob o signo de resolver problemas de consistência de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)¹², que foi concebido inicialmente para atuar na autenticação dos diplomas de cursos técnicos. Na ausência de um sistema de coleta de dados estatísticos sobre a EPT, o SISTEC foi incorporando funções, sem a rigidez de metodologia nas categorias de preenchimento, sem o treinamento

¹² O SISTEC substituiu o Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT) por meio da Resolução CNE/CEB Nº 3/2009.

devido das equipes das instituições de ensino e sem suporte técnico adequado. Outro problema registrado à época era a instabilidade do sistema.

Os indicadores de desempenho da Rede Federal EPT adotaram inúmeras metodologias de 2005 a 2017. “Apresentavam baixíssima confiabilidade, tornando-se fonte de problemas e impedindo a avaliação educacional” (MORAES, 2020, p. 465). Os dados passaram a ser questionados por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o lançamento da PNP, a maior parte das incertezas estatísticas que rondavam os indicadores de desempenho da Rede Federal se dissipou: primeiramente, pela adesão massiva das instituições e dos servidores da Rede, o que conferiu legitimidade ao projeto, fazendo com que seus resultados fossem utilizados em todos os Relatórios de Gestão institucionais; depois, pela validação da PNP pelos órgãos de controle (TCU e CGU), que passaram a aceitar seus métodos e resultados; finalmente, pelo uso dos números da PNP na composição da Matriz Orçamentária da Rede Federal. Registre-se, também, que a PNP foi reconhecida como uma das principais inovações do setor público no ano de 2018, sendo contemplada no Prêmio InovaGov (MORAES, 2020, p. 466).

A Plataforma Nilo Peçanha congrega apenas dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apesar da importância histórica da referida rede, a educação profissional brasileira conta com expressivo número de matrículas no Sistema S e nas redes estaduais de educação, o que um sistema nacional de dados sobre a EPT precisa considerar.

Além da coleta de dados e da disseminação da informação, um sistema de avaliação em larga escala deve permitir o acompanhamento e monitoramento contínuo das políticas educacionais. Destaca-se também que “a avaliação educacional sempre deve ser vista como um processo” (GRIBOSKI; RÊGO, 2020, p. 102), podendo ter funções diagnóstica, formativa ou somativa.

Assim, um sistema nacional de avaliação da educação profissional forneceria subsídios sobre a qualidade da formação ofertada pelas instituições de ensino, sobre a avaliação dos resultados positivos e negativos das políticas educacionais adotadas e ampliaria o controle da sociedade sobre essas ações.

Griboski e Rêgo (2020, p. 103) propõem que “a educação profissional deve promover o desenvolvimento de competências” e que “o objeto da avaliação sempre será o desenvolvimento de competências, descritas nos perfis profissionais de conclusão desses cursos”. As autoras enumeram as vantagens de um sistema de avaliação da educação profissional:

[...] observar como os alunos estão aprendendo no programa avaliado (com referência às expectativas gerais, aos objetivos do currículo e à preparação para o aprendizado

futuro e para a vida); verificar se existem evidências de pontos fortes e fracos no conhecimento e nas habilidades dos estudantes; avaliar se determinados subgrupos da população apresentam desempenho insuficiente; mensurar quais fatores estão associados com o desempenho acadêmico; analisar se o desempenho dos estudantes melhora com o passar dos anos; avaliar aspectos importantes do sistema educacional, por exemplo, acesso, qualidade, eficiência e equidade; avaliar os programas de ensino aprendizagem implementados nas salas de aula; avaliar e implementar treinamentos para os professores e gestores; accountability ou prestação de contas, transparência, publicização dos resultados; avaliar a infraestrutura das escolas; verificar a aplicação das metodologias de ensino estabelecidas pelo órgão responsável, entre outros (GRIBOSKI; RÊGO. 2020, p. 111).

Um desafio do processo de avaliação da educação profissional e tecnológica é considerar suas peculiaridades pedagógicas, didáticas e metodológicas, entre as quais estão a avaliação do saber-fazer e a conexão com o mundo do trabalho (ALLAIN; GRUBER; WOLLINGER, 2020). A partir das teorias das comunidades de práticas, da corrente da didática profissional e de outras abordagens centradas nas competências, Allain, Gruber e Wollinger (2020) questionam o “menosprezo dos saberes técnico-profissionais” tão comum na cultura escolar brasileira.

O egresso, inserido ou não em uma comunidade de prática, ou seja, no mundo do trabalho, pode contribuir com informações para a melhoria dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Outro desafio é integrá-los ao processo avaliativo das instituições de ensino. E é para o acompanhamento do egresso que voltaremos o olhar a partir de agora.

3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO NA REDE FEDERAL DE EPT

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2019, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e pelo Colégio Pedro II. No total, considerando o número de *campi* dessas instituições federais, são 661 unidades de educação distribuídas entre as 27 unidades federadas do País.

No escopo de pesquisa desta dissertação, foram examinados os portais de 41 instituições que compõem o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)¹³, a saber: os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II. Juntas elas contabilizam mais de 600 *campi* em todo o Brasil.

O recorte metodológico deu-se porque essas instituições estão em permanente articulação, visando “ao intercâmbio de informações e experiências” e à “discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação” (CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2021).

Na pesquisa exploratória, procuramos identificar nas propriedades digitais¹⁴ a existência de conteúdos direcionados ao egresso (página ou portal), os questionários de pesquisa *on-line* com ex-alunos, a disponibilização dos resultados de pesquisa e uma política formal de acompanhamento do egresso. Sobre esse último ponto, consideramos como política de acompanhamento do egresso as resoluções e normativas aprovadas por órgãos colegiados ou instruções estabelecidas pela administração superior das instituições.

¹³ As demais escolas estão associadas ao Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF).

¹⁴ Propriedades digitais são entendidas aqui como plataformas de comunicação mantidas no ambiente *web*, tais como *site*, portais e perfis oficiais e redes sociais como Facebook e Instagram.

Quadro 2 - O acompanhamento do egresso na Rede Federal EPT

INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO PARA O EGRESSO	PESQUISA ON-LINE COM EGRESSO	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Não	Não	Não	Não
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Sem conteúdo	Não	Não	Não
Colégio Pedro II	Sim	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Fora do ar	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Sim	Não	Sim	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Sim	Não	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Sim	Não	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de	Não	Não	Não	Não

Mato Grosso Do Sul				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Sim	Sim	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Sem conteúdo	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Sim	Sim	Não	Minuta em debate
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Sim	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Fora do ar	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	Sim	Sim	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Sim	Sim	Não	Sim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Não	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas	Sim	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Sim	Sim	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Sim	Não	Sim	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Sem conteúdo	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	Sim	Sim	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	Sim	Não	Não	Sim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	Não	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Sim	Não	Não	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais	Sem conteúdo	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Levantamento realizado pela autora em dezembro de 2020.

O levantamento de campo foi realizado em dezembro de 2020 e analisou os portais das 41 instituições que compõem o CONIF. Constatou-se que 31 delas disponibilizam página direcionada aos egressos, outras 4 instituições contavam com menu ou subpáginas para egresso sem a alimentação de conteúdo (em branco); em 2 instituições as páginas não estavam disponíveis (fora do ar) e apenas 4 delas não contavam, em seus portais, com conteúdos específicos para os ex-alunos.

Em relação à política de acompanhamento ao egresso, mais da metade das instituições (21) publicizam no *site*¹⁵ as diretrizes de acompanhamento dos ex-alunos, enquanto 19 delas não possuem uma resolução formalizada. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por sua vez, iniciou, em 2021, debate com a comunidade interna sobre a política de acompanhamento do egresso. No seu portal, está disponibilizada a minuta da regulamentação, não sendo possível identificar se o documento já tinha sido aprovado até janeiro de 2022.

Como analisado mais adiante, o cerne dessas políticas é acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho, mantendo um cadastro ativo e atualizado com esses dados. Consistem em diretrizes e/ou ações que avaliam, monitoraram e acompanham o ex-aluno e sua

¹⁵ Ressaltamos que a resolução do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e a minuta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo encontram-se publicadas no *site*, mas não na área direcionada aos egressos, dificultando sua localização.

realidade profissional e acadêmica, identificando oportunidades junto ao setor produtivo, planejando e retroalimentando as políticas educacionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A integração com o mercado de trabalho está prevista em apenas 11 dos portais. Apesar de o presente estudo não aprofundar se esse diálogo entre instituições de ensino e mercado se dá efetivamente na prática, registra-se o indicativo para estudos posteriores sobre a temática. Nas outras 28 páginas, não há conteúdos de integração com o mercado, e duas páginas estavam fora do ar no momento da pesquisa de campo.

As pesquisas *on-line*¹⁶, uma tendência barata e eficaz para realizar o acompanhamento do egresso, são usadas por 21 instituições, sendo que, em algumas delas, as pesquisas eram referentes a anos anteriores (2018 ou 2019). As outras 20 instituições não contavam com formulários *on-line*, o que não significa a ausência de recursos tecnológicos para a coleta de dados.

No Instituto Federal de Goiás, por exemplo, a pesquisa deve ser solicitada pelo egresso ao setor responsável. O Instituto Federal do Maranhão, por sua vez, realiza a coleta de dados por um *site* externo (Trabalha Brasil), onde o ex-aluno se cadastra para receber vagas de trabalho. Já o Instituto Federal do Sul de Minas disponibiliza formulário *on-line* em períodos determinados, sendo que a última coleta de dados realizada em 2019 não estava disponível durante a pesquisa de campo. Algumas instituições, como o Instituto Federal do Rio Grande do Norte¹⁷, não deixam claro como ocorre a coleta de dados.

O Instituto Federal Catarinense (IFC)¹⁸ e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)¹⁹, em suas experiências de acompanhamento do egresso, utilizam questionário eletrônico para obtenção dos dados. A primeira instituição trabalha com um Portal do Egresso e busca integrar, no mesmo ambiente virtual, empresas com oportunidades de emprego e eventos. Já a segunda foca no diálogo com o ex-aluno por meio do Observatório do Egresso, que abrange um portal e um questionário *survey*.

¹⁶ Muitas das instituições de ensino usam para a coleta de dados o Google Forms, outros formulários programados dentro do próprio portal institucional, em sistemas próprios da IE ou em extensões do sistema acadêmico com foco no egresso.

¹⁷ O IFRN realiza um acompanhamento bianual do egresso, disponibilizando os relatórios com os resultados para consulta. Há documentos de uma série histórica entre os anos de 2013 e 2017. No entanto, o relatório de 2019 não estava disponível durante o levantamento de campo. Isso pode ser um indicativo de descontinuidade do programa de acompanhamento ao egresso ou um reflexo da pandemia de COVID-19 nas atividades institucionais, não sendo escopo deste trabalho investigar.

¹⁸ Disponível em: <http://egressos.ifc.edu.br/>

¹⁹ Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/egressos>

A maioria das instituições realiza a coleta de dados para a graduação e para os cursos técnicos. Nota-se que a pós-graduação ainda não conquistou o devido espaço nas ações de acompanhamento do egresso, apesar de esse ponto ser analisado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Destaca-se, ainda, a experiência do Instituto Federal da Paraíba, onde a coleta de dados sobre o egresso está formalmente ligada à Comissão Própria de Avaliação. Em quase metade das instituições pesquisadas (20 delas), o conteúdo para o egresso encontra-se dentro do setor de Extensão. Enquanto em 21 delas, as páginas para egresso têm um espaço próprio no portal institucional.

Apesar de a formação continuada ser um princípio citado por várias políticas de acompanhamento do egresso da Rede Federal EPT, em apenas sete portais há indicações de cursos para os egressos. A continuidade e/ou atualização do percurso formativo dos ex-alunos é um conteúdo estratégico de comunicação entre as instituições de ensino e seus egressos, sendo uma oportunidade para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As ações aqui pontuadas, inegavelmente, são sinais de avanços no relacionamento com os ex-alunos. O risco, como bem sinalizou Paul (2015, p. 321), é que o acompanhamento do egresso seja realizado “apenas como um dispositivo para satisfazer as autoridades responsáveis ou responder a um efeito de moda”, ou seja, para atender aos requisitos do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem que seja estabelecido realmente um acompanhamento constante da vida profissional do egresso e que esses dados retroalimentem a gestão escolar. No levantamento de campo, são indicativos disso páginas criadas sem conteúdo, conteúdos sem atualização há mais de um ano e a ausência de sistemática regular nas pesquisas e na publicização de seus resultados.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense e o Instituto Federal de Alagoas são exemplos de instituições que em seus *sites* divulgam o resultado das pesquisas com o egresso. O relatório do IFRN, por exemplo, traz dados sobre a satisfação quanto à formação recebida, avaliação dos *campi*, situação em relação à continuidade dos estudos e o perfil da inserção ou não no mundo do trabalho (IFRN, 2018). Dados similares são trazidos pelos outros institutos.

As políticas de acompanhamento do egresso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica trazem objetivos similares ou dimensões diferentes? Para responder a essa pergunta, utiliza-se da metodologia de análise de conteúdo. Iniciou-se uma coleta dos dados, identificando as políticas de egresso existentes. Em seguida, procedeu-se ao exame minucioso

dos documentos, que foram aprovados pelas instituições entre 2016 e 2021, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Data da criação da política de acompanhamento do egresso

INSTITUIÇÃO	DATA DA APROVAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	2014
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	04/01/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	26/04/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	03/10/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	16/12/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	31/05/2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	10/07/2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	11/09/2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	13/12/2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	29/08/2018
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	19/10/2018
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	26/11/2018
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	13/12/2018
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	20/12/2018
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	26/04/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins	21/08/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	24/10/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	14/02/2020
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	21/12/2020
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	07/12/2021
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Não identificada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Não identificada

Fonte: Levantamento realizado pela autora (2021).

A pesquisa bibliográfica (GOMES, 2021) apontou como uma das mais antigas da rede, a Resolução nº 34/2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, que aprova a Política de Acompanhamento do aluno Egresso - PAAE.

Dessa forma, o IFPI oportuniza, através da supracitada Política, a participação de alunos nas mais variadas atividades, estimulando a prática do voluntariado em projetos e programas, contribuindo para a formação de ex-alunos no contexto socioeducativo, filosófico e empreendedor e valorizando as vivências e experiências adquiridas durante e após a sua formação. Como metodologia de acompanhamento dos estudantes egressos, tem-se instrumentos de coleta e análise de questionários aplicados junto aos egressos, que são concebidos de forma fechada e mista, formulados por meio de alternativas e sistematizados através da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e Pró-Reitoria de Extensão. O funcionamento e as práticas voltadas ao aluno egresso do IFPI têm regulamentação interna. (GOMES, 2021, p. 147).

No entanto, como o documento do IFPI não está disponível no *site* da instituição, ele não foi considerado na análise a seguir. Além disso, algumas regulamentações passaram por atualizações nos últimos anos. É o caso da Política de Egressos no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que tem uma primeira orientação normativa de 2017 e uma segunda resolução de 2021. Consideramos na pesquisa documental a versão mais atual.

Por Políticas de Egresso, entende-se “um conjunto de ações voltadas ao apoio a egressos, visando construir uma ferramenta de fonte de dados e informações para a avaliação institucional e incentivar sua participação no mundo do trabalho (INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS, 2019, p. 2).

As políticas de egresso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica trazem ações, projetos e atividades a serem desenvolvidos para esse público, bem como atribuem os responsáveis por suas execuções. Além de identificar que setores são esses, mapearam-se a data da aprovação das regulamentações, o tempo de acompanhamento previsto e os objetivos das políticas. Também se buscou entender as metas para *site* e portais do egresso.

O primeiro ponto de aproximação entre as regulamentações é a definição do egresso como aquele que efetivamente concluiu um curso na instituição, sendo seu perfil traçado pelo projeto político pedagógico do curso, conforme quadro comparativo exemplificado abaixo:

Quadro 4 - O conceito de egresso nas políticas de acompanhamento do egresso na Rede Federal EPT

	IFPA	IFTO	IFG
D E F I N I Ç Ã O	Art. 3º Será considerado egresso o estudante que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma. (INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, p. 2, 2017).	Art. 2º Para efeitos desta regulamentação define-se egresso o estudante que tenha cursado integralmente todo e qualquer curso ofertado pelo IFRO, seja de formação inicial e/ou continuada, técnico, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância. (INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, p. 4, 2017).	Art. 2º Para os fins desta Política, considera-se egresso o discente de todos os cursos ofertados pelo IFG, de todos os níveis e modalidades, que tenha concluído todas as etapas formativas definidas no plano de curso e que esteja apto a receber ou já tenha sido certificado ou diplomado. (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, p. 2, 2018).

Fonte: Levantamento realizado pela autora (2022).

O êxito na conclusão da formação, independentemente do seu nível, é o elo em comum na maioria das políticas de egresso, conforme explicitado no quadro conceitual 4. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), no entanto, considera os alunos que foram jubilados do curso também como público egresso, destoando das demais definições:

Art. 46. Será considerado egresso o aluno que:

I - concluiu todas as disciplinas do currículo de um curso e tiver colado grau, sendo então portadores de diploma por este IFMA;

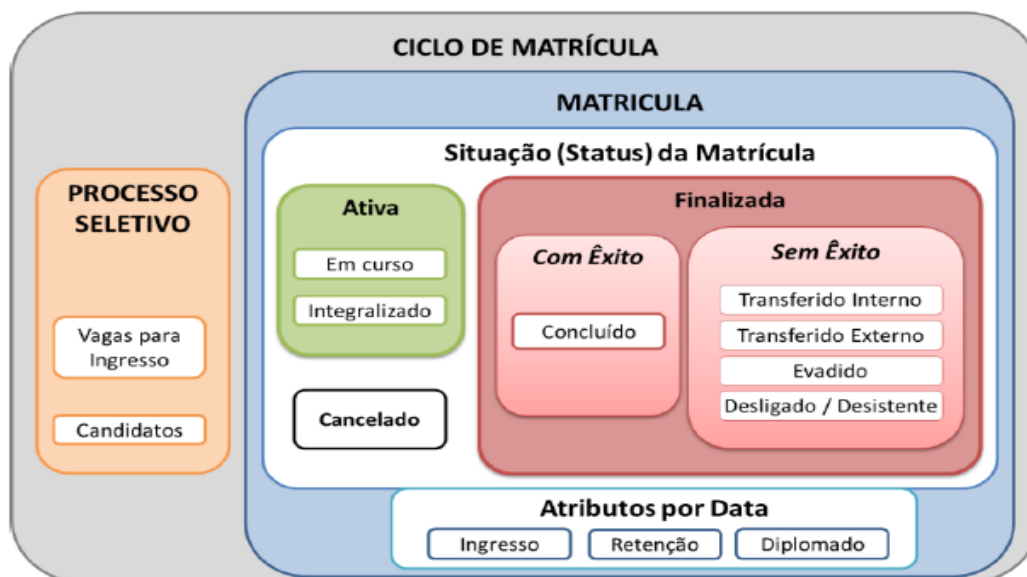
II - aqueles que ultrapassaram os limites de tempo para a conclusão de seu curso, tendo matrícula cancelada e posterior desligamento do IFMA (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, p. 10, 2016).

A resolução do Instituto Federal do Maranhão regula a política de estágios e egressos e é datada de 26 de abril de 2016. A ambivalência do conceito de egresso pode estar relacionada à conjugação desses dois campos (estágio e egresso) e à ausência do plano de permanência e êxito. Este último foca-se na problemática da retenção e da evasão e começou a ser elaborado pela instituição em junho de 2021.

Outra unidade da Rede Federal de Educação Profissional que inclui os discentes evadidos e retidos em sua política de acompanhamento ao egresso é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. De acordo com a normativa do IFRJ, “também serão atendidos por esta política os ex-alunos que não concluíram os cursos por motivos de não realização de estágio obrigatório, seminário de estágio ou quaisquer outros motivos” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 4).

O “documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal” (BRASIL, 2014), elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), esquematiza as possíveis situações de matrículas dos alunos:

Figura 3 - Organização do ciclo de matrícula no SISTEC



Fonte: Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal (MEC, 2014, p. 22).

Para bem entender os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)²⁰, é preciso se apropriar dos conceitos de matrícula ativa e matrícula finalizada, conforme definido pela SETEC:

MATRÍCULA ATIVA:

- **Em curso:** situação em que o estudante está regularmente matriculado. Pode ser alterado para qualquer uma das situações de matrícula finalizada ou para “integralizado”.
- **Integralizado:** situação em que o estudante integralizou a fase escolar (concluiu as disciplinas ou os módulos do curso) e ainda precisa cumprir outros requisitos para a conclusão do curso ou não fez ou entregou a comprovação de prática profissional ou estágio (obrigatório ou não). Pode ser alterado para “evadido” ou “concluído”.

MATRÍCULA FINALIZADA (NÃO ATIVA):

Finalização com êxito/sucesso:

- **Concluído:** situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado.

Finalização sem êxito/insucesso:

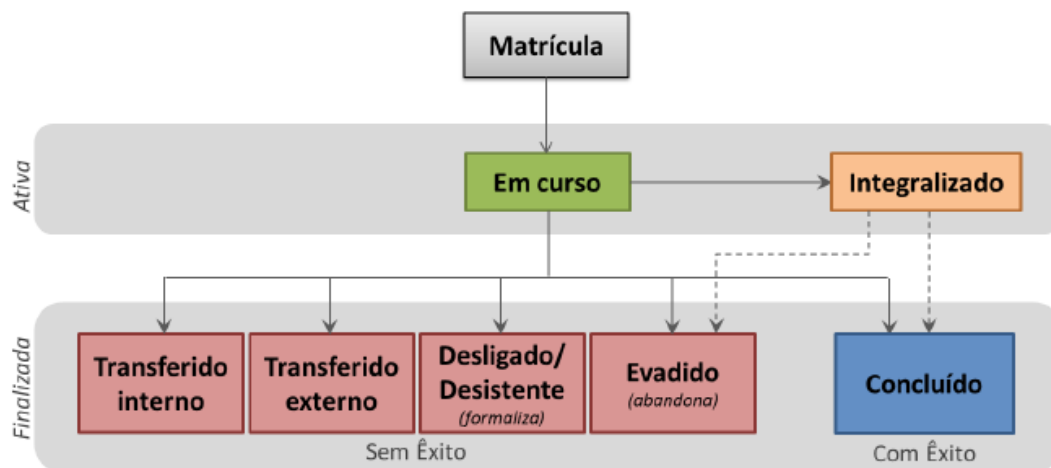
- **Transferido interno:** situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino.
- **Transferido externo:** situação em que o estudante mudou de unidade de ensino (na mesma instituição) ou mudou de instituição.
- **Desligado/Desistente:** situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso.
- **Evadido:** situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso. (MEC, 2014, p. 21) (grifos do original).

²⁰ Instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o SISTEC registra e divulga dados da formação técnica de nível médio e das formações iniciais e continuadas.

Podemos dividir os ex-alunos em dois grupos: 1) os egressos que concluíram seu percurso formativo com êxito e 2) os egressos que não tiveram êxito, ou seja, evadiram-se por se transferirem para outro curso ou instituição, abandonaram a formação, cancelaram a matrícula voluntariamente ou foram desligados compulsoriamente pela instituição.

As políticas de acompanhamento ao egresso estão focadas na transição dos estudos para a vida profissional, nas relações entre formação acadêmica e o emprego ocupado (se estão relacionados ou não), nos conhecimentos adquiridos durante o curso e nas competências exigidas no mundo do trabalho, entre outros pontos, focando-se, portanto, naqueles que concluíram seus cursos com êxito.

Figura 4 - Possibilidades de situação (*status*) de matrícula dos estudantes no SISTEC em um ciclo



Fonte: Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal (MEC, 2014, p. 22).

Os estudos sobre evasão e retenção, por sua vez, constituem outro campo do conhecimento focado no fracasso escolar. Nos diferentes níveis de ensino, o desafio não é só democratizar o acesso e ampliar o número de matrículas, mas acompanhar o percurso formativo dos estudantes até a formatura. Quando isso não acontece, é preciso investigar os fatores individuais, instrucionais e sociais que contribuíram para que os estudantes não tivessem êxito em suas formações. De acordo com o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção:

Para análise da evasão e da retenção, é necessário conhecer e avaliar a complexidade de fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos que intervêm na

formação dos estudantes, uma vez que levam ao êxito ou a desistência do curso. Nessa perspectiva, compreender a evasão como um processo implica examinar as taxas de evasão, retenção e conclusão em seu conjunto e contextualizadas com esses fatores. A leitura conjunta de tais dados é essencial à identificação dos problemas e à adoção de medidas pedagógicas e institucionais visando solucioná-los. (BRASIL, 2014, p. 28).

Voltando novamente o olhar às políticas de egresso, algumas regulamentações explicitam que o perfil do egresso é definido pelos projetos pedagógicos dos cursos. Isso é importante porque, para a gestão das políticas de acompanhamento dos ex-alunos, é necessária a definição das competências e habilidades exigidas por cada curso.

Algumas políticas de egresso da Rede Federal de Educação Profissional detalham a organização administrativa da execução dessas atividades, com a constituição de comissões, atribuição de funções a setores, entre outros pontos. O IFRJ, por exemplo, inclui os ex-alunos que integram o quadro de servidores no Núcleo de Acompanhamento de Egressos.

Outras regulamentações focam-se em aspectos conceituais, trazendo pilares da relação do egresso com a instituição: valorização profissional, educação continuada, vínculo, entre outros. O trabalho como princípio educativo é especificado pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. O IF Sul ainda apresenta os seguintes conceitos em sua Política de Acompanhamento de Egressos:

- I - Egresso: todo o estudante que tenha concluído os requisitos obrigatórios em dado curso da instituição, estando habilitado a receber o certificado do curso.
- II - Geração de Trabalho e Renda: conceito que compreende os processos de apoio à criação de alternativas de trabalho e inclusão produtiva de indivíduos e grupos, o estímulo ao surgimento de novas unidades produtivas ou à expansão das já existentes, contribuindo para a promoção e expansão de postos de trabalho e de renda nas áreas urbana e rural.
- III – Formação profissional emancipatória: concepção da formação profissional como forma de entender e modificar a realidade, por intermédio de ação técnica, política e cultural. Uma formação que permita, ao educando, ter acesso a conhecimentos e valores, os quais lhes possibilitem contribuir para a construção consciente de uma sociedade cujo desenvolvimento econômico e humano seja acompanhado de uma sociabilidade baseada na solidariedade e na justiça social.
- IV – Mundo do trabalho: conceito que, para além da função laboral no sentido estrito do mero exercício profissional, é entendido como o conjunto das atividades materiais, produtivas e dos processos sociais inerentes à realização do trabalho, por meio dos quais o Homem e as sociedades se desenvolvem, se relacionam e se transformam historicamente. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, sem data, p. 2).

Outros institutos, apesar de não citarem explicitamente a relação ontológica entre trabalho e educação, abordam a relação do egresso e da sociedade e a formação integral. É o caso do IFTO:

III – relação do egresso e a sociedade, que versa sobre a sua inserção social enquanto atuação cidadã, crítica e reflexiva, pretendendo observar de que forma o antigo estudante interage com a sociedade e buscando evidências das perspectivas formativas previstas em todo e qualquer curso no que tange a formação humanística dos profissionais. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, 2017, p. 5).

Quase metade dos regulamentos não define o período de acompanhamento do egresso, enquanto os demais estipulam período mínimo ou datas para aplicação das pesquisas:

- a) IF BAIANO, IFPB, IFB, IFG, IFTO, IFAM, IFMA, IFRJ, IFTM e IF GOIANO: não definem o tempo de acompanhamento;
- b) IFRR: 6 meses após a conclusão do curso;
- c) IFC e IFCE: 1 ano após a formatura;
- d) IFAL: 2 anos após a formatura;
- e) IFMT e IFRO: 3 anos, com quatro pesquisas realizadas no período;
- f) IFPA: 3 anos após a formatura, com cinco pesquisas no período (2 meses antes da formatura, 6 meses após a formatura, 1 ano, 2 anos e 3 anos);
- g) IFFAR: 2 anos (anual);
- h) IFSUL e IFAC: 5 anos.

Em quase sua totalidade, a gestão das políticas de egresso está ligada às Pró-reitorias de Extensão dos Institutos Federais. É o que está explicado nas regulamentações do IF GOIANO, do IFAC, do IFAL, do IFAM, do IFB, do IFC, do IFCE, do IFFAR, do IFG, do IFMA, do IFMT, do IFPA, do IFPB, do IFPI, do IFRJ, do IFRO, do IFRR, do IFSUL e do IFTM²¹.

Apesar de alguns documentos apontarem a integração com outros setores, como o Ensino, a Pesquisa e a Comissão Própria de Avaliação, destacamos aqui o protagonismo e a responsabilidade institucional da Extensão pelo planejamento das referidas ações. As exceções são o IF BAIANO, onde cabe à área do Ensino a gestão da política de acompanhamento de egresso, e o IFTO, onde essa gestão fica a cargo da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

Na prática, “o acompanhamento de egressos tem se mostrado como um grande desafio na gestão da Extensão” (FILHO *et al.*, 2021, p. 272) dos Institutos Federais. São atribuições da área da extensão nas instituições federais de educação profissional e tecnológica os cursos de formação inicial e continuada (FIC), a política de arte e cultura, a política de esporte e lazer, a

²¹ Mesmo quando não há a política de egresso ou essa não está explícita a ligação extensão-egresso, podemos inferir a relação pela disposição do conteúdo destinado ao egresso, que no portal das instituições está dentro da área da extensão. É o caso do IFAP, IFBA, IF Sul de Minas, IFNMG, IF Sudeste de Minas, IFPE, IF Sertão Pernambucano, IFRN e IFRS.

política de empreendedorismo e de inovação social, entre outras.

Além dessas ações, a Proex gerencia programas e projetos em atendimento a políticas públicas nacionais, atua no âmbito de ações voltadas para inserção dos discentes no mundo do trabalho, por meio de captação de vagas de estágios, divulgação de oportunidades e do acompanhamento de egressos, além de visitas técnicas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor para maior aproximação com o ambiente socioeconômico. (LOPES *et al.*, 2021, 42).

Em geral, cabe aos setores de extensão a implantação de programas governamentais como Mulheres Mil e Pronatec, os próprios programas e projetos de extensão da instituição, os cursos de curta duração ofertados, os eventos promovidos, a transferência tecnológica, os programas de inclusão social, a gestão das incubadoras de empresas, dos estágios, dos empregos, das bolsas de extensão.

Nessa multiplicidade de campos de atuação, as políticas de egresso só terão sucesso se houver uma priorização pela instituição dos seus mecanismos de avaliação. Não se pode esperar o sucesso de uma política voltada para os ex-alunos sem uma cultura institucional de avaliação e monitoramento das políticas educacionais, retroalimentado os processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, “buscando estabelecer procedimentos para subsidiar políticas de permanência e êxito, assim como para favorecer a efetividade da Política de Acompanhamento de Egressos” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, 2017, p. 2).

Quadro 5 – Benefícios da política de acompanhamento do egresso

IFRO	IFFar
"A política permite a produção do conhecimento organizacional mediante a avaliação das formações profissionais ofertadas pelo IFRO, de forma a indicar a pertinência dos currículos dos cursos às demandas do setor produtivo, a reorganização e a atualização dos processos formativos institucionais, bem como subsidiar a criação de novos cursos" (IFRO, 2017, p. 4)	"O PAE do IFFar é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir do levantamento de informações diversificadas sobre a formação recebida e sua eficiência e eficácia no mundo do trabalho, e de geração de base de dados que subsidiará o planejamento de ações específicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e no atendimento aos egressos". (IFFAR, 2019, p. 3)

Fonte: Levantamento realizado pela autora (2022)

Outra categoria comum entre as políticas de egresso é o estímulo para que os ex-alunos participem de atividades de extensão, ensino e pesquisa, categoria essa que é mencionada em

14 das 21 regulamentações analisadas, a saber: IF GOIANO, IFAC, IFB, IFC, IFCE, IFFar, IFPA, IFPB, IFPI, IFRJ, IFRO, IFRR, IFSUL e IFTM

Abordam-se a abertura de eventos, palestras, congressos e semanas acadêmicas à participação de ex-alunos e a atuação voluntária em projetos de pesquisa e de extensão. Foca-se, sobretudo, na formação continuada do egresso e na manutenção do vínculo com a instituição. Algumas regulamentações citam o acesso a espaços físicos, como a biblioteca, o apoio institucional e até a possibilidade de orientação dos professores. Em geral, as atividades de pesquisa e extensão são condicionadas à supervisão de um servidor da casa.

Sobre a relação do egresso com a instituição de ensino, a Política de Egresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense afirma que:

II - a Relação entre o Egresso e o Instituto, que contempla questões pertinentes a sua formação nos cursos realizados/ofertados na/pela Instituição. Objetiva-se com isso, a avaliação, também pelo antigo discente, do seu processo formativo, da sua participação em atividades institucionais diversas como: cursos, eventos, órgãos colegiados, ações sociais, atividades voluntárias, doação de forças de trabalho ou bem material e/ou até financeiro. (IFC, 2020, p. 2).

Ainda sobre os eventos, 12 das instituições – IF GOIANO, IFAC, IFB, IFC, IFCE, IFFar, IFPA, IFRJ, IFRO, IFRR, IFTM e IFTO – propõem a realização de atividades específicas para os ex-alunos, isto é, planejadas e executadas especialmente para este público. O objetivo é “promover a realização de cursos e atividades de cunho técnico-científico e/ou recreativo, buscando atualização e valorização do egresso” (IF GOIANO, 2019, p. 2).

É comum o fortalecimento do vínculo institucional por meio da ligação afetiva entre a instituição e o egresso. Os encontros recreativos e as campanhas com depoimentos e *cases* de sucesso dos egressos no mercado de trabalho são ações por meio das quais os ex-alunos demonstram o orgulho e reafirmam os laços com a instituição de ensino.

A criação de um espaço de comunicação virtual com os egressos é mencionada por 14 regulamentações (IF Baiano, IFAC, IFAM, IFC, IFCE, IFFar, IFG, IFMT, IFPA, IFPI, IFRJ, IFRO, IFSUL e IFTO), que propõem páginas eletrônicas com conteúdos focados nos ex-alunos. “O Portal do Egresso constitui-se de um espaço na página eletrônica do instituto onde será possível ter acesso a diversas funções que proporcionem a interação entre o egresso e o IF Baiano” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, 2016, p. 2).

Trata-se, portanto, de um espaço virtual, de comunicação permanente com o egresso, de um “ambiente específico de relacionamento com egresso” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, 2018, p.8); “um canal permanente e

dinâmico de comunicação” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2019, p. 6), “que hospedará o Formulário Eletrônico e divulgará as vagas de trabalho, bem como a oferta de cursos e outras atividades voltadas aos egressos” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, sem data, p. 5).

Ainda sobre o portal do egresso, o IF Baiano acrescenta outras funções do espaço:

A ferramenta Portal do egresso também funcionará como plataforma de divulgação para a oferta de cursos de aperfeiçoamento, editais e chamadas públicas vigentes, bem como oportunidades de emprego, concursos, dentre outros. Será disponibilizada ainda no site a possibilidade de informar-se sobre eventos para ex-alunos, acessar links para sites de pesquisa de periódicos e bibliotecas e enviar e-mails à instituição com questionamentos, dúvidas e sugestões, relacionadas ao assunto. (IF BAIANO, 2016, p. 3).

O Instituto Federal de Rondônia, por sua vez, define a linha editorial de seu portal do egresso da seguinte forma:

- I – promover atualização acadêmica e comunicar a oferta de cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação da formação profissional do egresso;
 - II – integrar o egresso à comunidade acadêmica por meio da divulgação de eventos científicos, artísticos, culturais e esportivos promovidos pelo IFRO;
 - III – proporcionar a participação de egressos em atividades extensionistas como colaborador em cursos de extensão, eventos acadêmicos e científicos e atividades de responsabilidade social;
 - IV – divulgar possibilidades e eventuais ofertas de vagas de emprego;
 - V – proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de contribuições à sociedade (conquistas, premiações e produção artística e literária);
 - VI – possibilitar o relacionamento entre antigos colegas de curso, assim como eventuais encontros entre as turmas;
 - VII – captar informações, por meio de questionário eletrônico, para construção de indicadores que irão subsidiar a avaliação contínua da política institucional de acompanhamento do egresso.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Alguns portais focam-se na mediação das relações entre os egressos e o mundo do trabalho. A linha editorial fica explícita no nome adotado: Observatório do Trabalho. É o caso do IFG, do IFMT e do IFAM. Além dos ex-alunos, esses espaços buscam manter relações com o setor produtivo.

No IFAM, o Observatório do Trabalho é responsável por realizar “estudo e desenvolvimento de metodologia para levantamento e análise de indicadores sociais e econômicos relativos aos Egressos da EPCT e sua inserção no mercado de trabalho” (INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS, 2020, p. 6).

IV- as ações do OMT deverão ser inseridas no contexto da inter-relação entre o Instituto, a sociedade e o setor produtivo, principalmente, do Estado do Amazonas e da Região Amazônica, de modo a contribuir com a melhoria dos processos de planejamento estratégico, tático e operacional do Instituto, bem como o aprimoramento das atividades acadêmicas, administrativas e de gestão do IFAM. (INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS, 2020, p. 2).

Os portais de egressos são, portanto, espaços de serviço aos ex-alunos, de coleta de dados e de centralização das ações das políticas institucionais para esse público. Também podem congrega as relações do egresso com a sociedade e do egresso com o mundo do trabalho.

A inserção no mundo do trabalho é um ponto em comum em todas as políticas analisadas, assim como avaliar a relação entre a formação oferecida no curso e as exigências do mundo do trabalho e aproximar o egresso do mundo do trabalho com orientação e encaminhamento para o emprego, banco de currículo, banco de vagas, cadastro de empresas, planejamento de carreira, ações com a incubadora.

Algumas dessas normativas também preveem a orientação profissional e integração direta com o setor produtivo, seja por meio do cadastro de currículo ou da oferta de vagas. O Instituto Federal do Pará, por exemplo, mantém a Rede Observatório do Mundo do Trabalho (Rede OMT), que “torna-se de fundamental importância para a discussão, compreensão e intervenção da complexa realidade educacional, social, econômica, histórica e política na qual se insere a formação profissional ofertada pelo IFPA” (ALHO; RIBEIRO, 2021, p. 214). Ainda sobre o Mundo do Trabalho e a sua articulação com a Educação Profissional Técnica e Tecnológica, a regulamentação do IFPA acrescenta:

O desenvolvimento da Política e do Programa de Egressos, como ação extensionista, deve buscar estabelecer a relação essencial com a comunidade interna e externa do Instituto, conforme definido na política de extensão do IFPA, devendo, ainda, beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFPA. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, 2017, p. 2).

Não se pode esquecer que perpassa a própria natureza da extensão nos Institutos Federais a relação com o setor produtivo, como fica claro no planejamento das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.

O planejamento baseia-se na realização de 40 visitas, divididas em 5 circuitos nas diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de, além de estreitar as relações interinstitucionais, é prospectar o IFSul, no intuito de identificar

ou ampliar as possibilidades de ações de extensão e de oportunidades de estágio aos estudantes, e de emprego aos egressos do IFSul. (DUARTE *et al.*, 2021, 31).

Como nos diz a política de acompanhamento do egresso do Instituto Federal Farroupilha, no “processo de articulação entre a entidade educacional e a sociedade, o egresso é ator potencial e fonte de informações” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2019, p. 2).

Há dificuldade de implantar as ações previstas nas políticas de egresso. O Instituto Federal de Rondônia (2017), por exemplo, no Art. 17º da Política de Acompanhamento ao egresso (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RODÔNIA, 2017, p. 8) afirma que “as informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente”, o que não foi constatado na prática da pesquisa de campo.

É possível identificar o marco temporal a partir de 2016, quando as regulamentações começaram a ser aprovadas mais intensamente em toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Instituto Federal de Brasília, em sua política de egresso, acrescenta que:

(...) a educação é um processo contínuo e, como tal, possibilita que o egresso encontre no IFB um espaço de atualização do conhecimento, de ampliação e fortalecimento das relações, permitindo que a instituição desenvolva mecanismos de avaliação e renovação permanentes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA, p. 1, 2018).

Voltamos à pergunta que motivou essa análise documental. As políticas de acompanhamento do egresso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica trazem objetivos similares ou dimensões diferentes?²² As regulamentações guardam similaridades em termos da forma, nos objetivos gerais e específicos e nas categorias abordadas.

Em síntese, as políticas de egresso da Rede Federal de Educação Profissional buscam entender o impacto da instituição de ensino na vida do egresso e, a partir do olhar dele, avaliar o próprio percurso formativo ofertado e retroalimentar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

²² Não foi possível no escopo dessa pesquisa analisar as convergências entre o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política de Acompanhamento ao Egresso de cada uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional.

4 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO NO IFCE

A relação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará com seus ex-alunos se dá, prioritariamente, pelo vínculo afetivo entre estes e a instituição de ensino. O corpo docente e técnico-administrativo conta com vários egressos das instituições que antecederam o IFCE, isto é, a Escola Técnica Federal do Ceará e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE).

Vários *campi* do IFCE, como Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Caucaia, Crato e Iguatu, realizam encontro de egressos, quando são colhidos dados para acompanhamento socioprofissional, mas, principalmente, reforçados os laços emocionais com os ex-alunos por meio do encontro com colegas, professores e homenagens a nomes que se destacaram no mercado profissional.

Isso não significa a inexistência de estudos de acompanhamento do egresso. Além de pesquisas desenvolvidas por servidores em seus mestrados e doutorados com foco no acompanhamento do egresso em cursos específicos (MARQUES, 2016), identificou-se uma experiência institucional no período de transição da Escola Técnica Federal do Ceará para o CEFET-CE.

Na pesquisa, foram enviados questionários pelos correios para que fossem preenchidos e devolvidos pelos egressos. O resultado foi compilado em um relatório interno, mas não foi publicizado para a comunidade externa²³. Além disso, a ação foi descontinuada pelas gestões seguintes.

No Brasil, algumas avaliações com o egresso foram realizadas a partir da década de 1980 e são relatadas por Paul (2015, p. 319). O autor sinaliza que “provavelmente outras experiências foram desenvolvidas no país, lideradas por outras universidades, mas não foram divulgadas”. Daí a importância de sinalizar a ação pioneira realizada com os egressos. Até hoje, as pesquisas realizadas pelos *campi* não são divulgadas à comunidade externa ou entre os pares da comunidade científica.

Algumas pesquisas sobre o egresso procuram sistematizar as contribuições da avaliação para o aperfeiçoamento do currículo, bem como estabelecer o perfil do egresso e identificar se as competências previstas no projeto pedagógico e no currículo atendem às necessidades do

²³ Não tivemos acesso ao questionário e ao resultado dessa pesquisa pioneira realizada por volta de 1998. As informações foram repassadas em sala de aula pelo prof. Samuel Brasileiro, então diretor da Escola Técnica Federal do Ceará e atual professor do ProfEPT. A pandemia suspendeu as atividades presenciais e impediu a busca do documento no arquivo morto do *campus* e a confirmação do período exato da pesquisa.

mercado de trabalho. Não é escopo desta dissertação avaliar essas interfaces, que pressupõem estudos de casos específicos. Somente o *campus* de Fortaleza do IFCE possui 37 cursos, sendo 13 formações técnicas²⁴, 17 graduações²⁵ e 7 mestrados²⁶.

Nosso olhar se volta para a política de acompanhamento do egresso do IFCE, que foi estabelecida pela Resolução nº 106, de 26 de novembro de 2018. O Programa de Acompanhamento ao Egresso (PROAE) dos Cursos Regulares do IFCE tem o objetivo de “promover um conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão” (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, p. 2, 2018).

O acompanhamento do egresso é uma ação da Pró-Reitoria de Extensão, em articulação com as unidades da área nos *campi*. O programa acompanha “egressos dos cursos regulares do IFCE quanto à sua inserção no mercado de trabalho” (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, p. 3, 2018).

I – **Integrar** os egressos à comunidade acadêmica, mantendo-os em permanente contato com o IFCE;

II – **Consolidar o vínculo** com o egresso, por meio da criação e implementação de ações, tendo em vista o compromisso e a responsabilidade com a comunidade;

III – Promover a realização de atividades extracurriculares de cunho técnico-profissional, buscando a valorização do egresso;

IV – **Implementar e manter atualizado sistema de comunicação** com os egressos, a partir de dados e registros atualizados;

V – **Construir indicadores** para que seja verificado se as atividades desenvolvidas pelo egresso estão em consonância com os objetivos propostos pelo curso, visando o planejamento e replanejamento de ações a serem desenvolvidas pela Instituição, com vistas a sanar as fragilidades, manter e ampliar as potencialidades, a partir da:

a) Opinião dos egressos sobre a formação recebida;

b) Relação entre a ocupação e a formação profissional recebida;

c) Avaliação das habilidades e competências previstas nas matrizes curriculares e efetivamente acumuladas pelos egressos do IFCE;

d) Identificação do grau de aprendizagem técnico-profissional dos egressos.

VI – **Acompanhar a carreira profissional** dos egressos, durante os dois primeiros anos de atuação profissional, verificando as principais dificuldades encontradas e propor ações e programas que possam contribuir para a sua inserção e manutenção no mercado de trabalho;

²⁴ Em 2020, o IFCE - *campus* de Fortaleza ofertou os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Guia de Turismo, Instrumento Musical, Manutenção Automotiva, Mecânica Industrial, Segurança do Trabalho e os técnicos integrados ao Ensino Médio em Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações.

²⁵ Já as graduações são: os cursos de tecnologia em Estradas, Gestão Ambiental, Gestão Desportiva e de Lazer, Hotelaria, Mecatrônica Industrial, Processos Químicos, Saneamento Ambiental e Telemática, as licenciaturas em Artes Visuais, Física, Matemática e Teatro e os bacharelados em Engenharia de Computação, Turismo, Engenharia Civil, Mecatrônica e Telecomunicações.

²⁶ Por sua vez, as pós-graduações ofertadas pela unidade são: Mestrado Profissional em Artes, Mestrado em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Mestrado em Engenharia de Telecomunicações, Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação e Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental.

VII – Estabelecer parcerias e divulgar oportunidades de emprego aos alunos formados colaborando para sua inserção no mercado de trabalho;

VIII – **Identificar demandas para cursos** de graduação, pós-graduação e extensão;

IX – Oportunizar aos egressos, sempre que possível, a sua participação em eventos e cursos promovidos pelo IFCE, contribuindo para a **formação continuada**;

X – Utilizar os meios tecnológicos, notadamente o uso da rede mundial de computadores, como recurso para a manutenção do contato direto e imediato entre o IFCE e seus egressos;

XI – **Construir banco de dados** capaz de informar as atividades profissionais desenvolvidas pelos egressos, contribuindo, para possíveis ajustes no curso, face às demandas do mundo do trabalho, de forma a:

a) Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada;

b) Avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação e desenvolvimento profissional dos egressos.

XII – Estimular o corpo docente a manter contato com o egresso e orientá-lo, sempre que necessário, em oportunidades profissionais e em aspectos diversos de seu planejamento de carreira;

XIII - Tornar o egresso uma referência para divulgação e valorização da Instituição, através da criação de um “Banco de Talentos”;

XIV – Incentivar os formandos a realizarem encontros de caráter recreativo ou científico, dentro e fora do ambiente do IFCE e que conte com a participação dos docentes, corpo técnico-administrativo e direção.

XV – Estabelecer parcerias com entidades associativas e de regulação profissional visando obter informações acerca do mercado de trabalho e das oportunidades de inserção profissional. (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, p. 3-4, 2018, grifo nosso).

O referido programa foi desenvolvido para atender às exigências dos processos de avaliação do Ministério da Educação (MEC). Entre o período de 29 de agosto e 2 de setembro de 2017, o *campus* de Fortaleza recebeu uma comissão de avaliação externa do MEC, com vistas ao processo de credenciamento institucional do IFCE. Na ocasião, as ações de acompanhamento do egresso foram avaliadas com conceito 3 e consideradas pontuais pela comissão, conforme justificativa da nota no relatório:

Justificativa para conceito 3: O IFCE centraliza suas ações de acompanhamento dos egressos em ações pontuais, por exemplo, nos Encontros anuais de egressos. O Instituto conta com uma equipe de assessoria de imprensa composta por oito profissionais que divulga no site informações de alguns egressos, como participação em eventos, ingresso no mercado de trabalho, entre outros. O curso técnico em informática também realizou um projeto piloto caracterizando os egressos com êxito aqueles que concluíram o curso e sem êxito aos alunos que não concluíram (evasão), no período de 2009.1 a 2016.2. Desta forma, a comissão de avaliação considerou que as ações institucionais atendem de maneira suficiente à política de acompanhamento dos egressos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 14).

A dimensão que abrange a atuação dos egressos no ambiente socioeconômico também recebeu o mesmo conceito:

Justificativa para conceito 3: A partir da análise dos documentos apresentados e em reunião com os diferentes segmentos da Instituição, constatou-se que a IFCE campus Fortaleza apresenta vocação e ações efetivas que viabilizam a inserção de seu egresso no mercado de trabalho. Nos encontros anuais de egressos, há registro da inserção dos mesmos e a comissão pode evidenciar que na própria Instituição há um grande número de egressos, hoje docentes e/ou servidores técnico administrativos. O setor de estágios do IFCE campus Fortaleza também auxilia na mediação dos egressos com a área de RH das empresas, o que comprova a atuação da Instituição em aspectos como responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor. Desta forma, considerou-se que a Instituição atende de maneira suficiente quando analisado este quesito. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 14).

Foi justamente essa avaliação sobre o IFCE que primeiro estimulou esta pesquisa. Como superar o caráter pontual das ações do Instituto Federal do Ceará com seus ex-alunos?

A relação do IFCE e seus egressos hoje é marcada pelos laços afetivos, expressos, por exemplo, nos encontros de ex-alunos e no compartilhamento de memórias sobre a instituição. Cândido (2019) resgata a história do IFCE a partir da memória de seus egressos. Para ela, os ex-alunos “olharam para o passado e demonstraram um forte sentimento de pertencimento à instituição, configurando-se como uma verdadeira comunidade de memória” (CÂNDIDO, 2019, p. 154). Sobre os relatos dos egressos, a autora ainda acrescenta que:

Nessas narrativas é notável ainda o reconhecimento quanto a qualidade da educação desenvolvida naquele espaço, bem como a colaboração e influência que os professores exerceram sobre o seu aprendizado enquanto profissionais e sua formação enquanto cidadãos. Todos os entrevistados que são alunos egressos da instituição ressaltam a forte contribuição da instituição na sua vida profissional e pessoal, bem como atribuem reconhecimento à qualidade da formação que receberam. (CÂNDIDO, 2019, p. 93).

Cândido (2019) aponta quatro fatores que motivavam os egressos a buscarem a instituição de educação profissional: o ensino gratuito de qualidade, o reconhecimento e respaldo da sociedade local, a formação técnica profissional e a garantia de inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos cursos. Sobre esse último ponto, a autora destaca:

No que se refere à decisão e às expectativas de estudar na ETFCE, grande parte dos entrevistados vinculou sua motivação ao interesse de inserir-se no mercado de trabalho e adquirir uma profissão, frente às possibilidades de formação que a escola oferecia e a certeza de que essa formação os levaria a conseguir um emprego rapidamente. (CÂNDIDO, 2019, p. 96).

A educação brasileira, em especial a educação profissional, não pode se furtar de pensar as melhorias nas condições de vida de seus egressos, como as condições materiais de subsistência. Por um lado, há uma expectativa: “sincronizar a educação com as necessidades

do desenvolvimento econômico e social é o axioma da bandeira de modernização do país levantada pelo Estado” (TURMENA; AZEVEDO, 2017, p. 1075).

Por outro, os autores que defendem a formação integral²⁷: “extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a autossustentação, muito antes dos 18 anos de idade” (MOURA, 2007, p. 19). Não se pode negar a expectativa de melhoria de vida que os próprios egressos têm ao entrarem nos cursos.

A preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho e a interligação do acompanhamento do egresso com o relacionamento com o setor produtivo estão presentes nas falas dos gestores do IFCE:

Eu me preocupo muito com essa ideia de que é o estudante por si só, ele que se vire. A gente enquanto instituição precisa ajudar esse estudante também. Não é pegar na mão dele como se fosse incapaz, não tivesse autonomia. Mas no momento em que a gente se aproxima das empresas, e não só das empresas, de uma ONG, são tantas possibilidades, de escolas, nós temos licenciandos que serão licenciados, e a gente dá visibilidade. Essa aproximação sinaliza: - olha, nós temos profissionais capazes. (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora).

O mesmo gestor ainda acrescenta que é papel do IFCE a “captação e aproximação com as empresas e ao mesmo tempo também fazer esse elo com os estudantes e os egressos”.

Voltando nosso olhar às ações de acompanhamento ao egresso, os principais êxitos da área listados pelos gestores foram a formalização do PROAE e a criação dos formulários de pesquisa para os egressos dos cursos técnicos e superiores. Sobre o Programa de Acompanhamento ao Egresso:

É um programa extenso, bastante ambicioso de um ponto de vista administrativo, de uma instituição que até então não dispunha de nenhuma ferramenta de acompanhamento de egressos. Ele [PROAE] se propõe realmente a atender o que é previsto na legislação para os institutos com relação ao acompanhamento do egresso, que seja a questão de retroalimentar a instituição com informações, as mais variadas possíveis, com relação ao aluno após a formação que ele teve no IFCE. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

O principal objetivo é retroalimentar o IFCE de informações que propiciem o melhoramento da oferta de curso” (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora). Uma das dificuldades na implantação do programa é a sobrecarga de atividade dos servidores tanto na reitoria como nos *campi*.

²⁷ Moura (2007) adota o conceito de educação politécnica ou educação tecnológica, que nesta dissertação é sinônimo de formação integral. Para se aprofundar nesse debate epistemológico, consultar Norsella (2007).

No primeiro momento nós pensávamos que eles [coordenadores de extensão] seriam a nossa mão, braço nos *campi*, para poder executar o programa. Só que eles manifestaram essa impossibilidade [devido à sobrecarga de trabalho], a grande maioria deles, em uma reunião que nós tivemos para apresentar e repassar o programa. Então dentro dessa mesma reunião, eles sugeriram a criação de comissões aonde pudessem contar com a ajuda de outros servidores do *campus* para colocar em prática o programa. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

As comissões de acompanhamento ao egresso foram estabelecidas em 20 dos 34 *campi* do IFCE, a saber: Aracati, Boa Viagem, Camocim, Caucaia, Cedro, Crateús, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tianguá e Ubajara. As comissões devem funcionar da seguinte forma:

O coordenador de extensão seria o presidente da comissão, seria interessante nós termos também um representante do corpo docente [aqui ele se refere a representação discente], um representante dos assuntos estudantis, três professores e um representante do setor de comunicação, já que um dos objetivos da comissão e do programa [PROAE] é estabelecer um canal de comunicação, digamos, vivo e bastante interessante com o aluno egresso, de forma que ele possa responder esse nosso formulário constantemente de acordo com que o programa pede. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

Em Fortaleza, os membros da comissão local de acompanhamento ao egresso são os mesmos da comissão que organiza o Encontro de Ex-alunos. No entanto, os membros não se reconhecem como parte do Programa de Acompanhamento ao Egresso:

Essa comissão não está funcionando, primeira porque não tem ferramenta, não tem ferramental para isso. Precisa ter um ferramental, seria as páginas a interface para os estudantes. Também não tem ligação nenhuma com a comissão que faz a questão do Dia dos ex-alunos; Está inativa, até desconheço quem é a comissão do *campus*. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

É preciso destacar que a pesquisa foi realizada durante a pandemia da COVID-19. O Instituto Federal do Ceará, como todas as outras instituições de ensino, foi severamente impactado pela crise sanitária, que assumiu a prioridade das pautas da gestão. As aulas e as atividades laborais dos servidores passaram a ser realizadas no formato remoto, sendo retomadas presencialmente de forma integral somente em janeiro de 2022.

No IFCE, o setor que gerencia o acompanhamento do egresso também responde pela política de estágio, que demandou várias decisões de gestão:

Eu destacaria a questão da pandemia, que não nos deixou colocar adiante esse contato com as comissões. [Com] essas questões que surgiram com relação ao estágio [durante a pandemia], não houve tempo, nem possibilidade de pessoal de me dedicar à dimensão de acompanhamento ao egresso. Então, essa dimensão acabou ficando muito por conta das comissões realizarem ou não [as atividades do PROAE]. A gente não pode se aproximar dessas comissões, não tivemos tempo suficiente [para] poder sistematizar esse trabalho delas (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

O impacto da pandemia na integração e na articulação das ações institucionais também foi mencionado por outro gestor:

A pandemia realmente trouxe muitos impactos. O distanciamento não ficou só social, também ficou no ponto de vista das integrações, das comunicações. Eu realmente não tenho observado [as ações da comissão de acompanhamento ao egresso]. (GESTOR 5, entrevista à pesquisadora).

Ainda sobre a falta de integração entre as ações da reitoria do IFCE e do *campus* de Fortaleza, podemos destacar que essas duas instâncias, por exemplo, mantêm questionários distintos para a coleta de dados dos ex-alunos.

Está faltando a gente se falar e ter essa ligação. Quem conhece o aluno é o campus. O campus é que está no *front*, ele sabe das coisas que está acontecendo. Portanto é ele que tem mais propriedade para estar fazendo [a aplicação da pesquisa], tentando essa interação com o estudante. (GESTOR 4, entrevista à pesquisadora).

Na pós-graduação, a pesquisa acontece de maneira ainda descentralizada e não há um formulário institucionalizado. Os coordenadores de curso são estimulados a coletar as informações dos egressos, com vistas aos processos avaliativos da CAPES. Um ponto positivo a ser destacado é a integração dos ex-alunos com os estudantes por meio dos eventos promovidos pelos cursos. Um dos exemplos é o Encontro do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental:

O PGTGA tem uma tradição muito grande [da integração com egressos] e, por exemplo, até na organização de alguns eventos eles contam com a participação de egressos. Eles [os ex-alunos] vêm, contribuem, dão palestras, trazem as suas experiências e informações. Mas precisa sistematizar, precisa organizar, porque fica muito no domínio dos cursos que preenchem aqueles instrumentais da Capes. Enquanto gestor a gente tem todas essas informações e alimenta os outros sistemas demandantes. Mas fica algo muito no nível de sistemas, não tenha publicização, a integração efetiva com o andamento institucional, o progresso institucional. Tem uma interface aí que está meia falha, precisa melhorar. (GESTOR 5, entrevista à pesquisadora).

Não podemos esquecer que os pesquisadores formam vínculos em seus grupos de pesquisa. São, portanto, *locus* estratégicos de integração entre o IFCE e seus egressos, que

podem, conforme a Política de Acompanhamento ao Egresso do IFCE, participar de atividades com voluntários.

Outro desafio enfrentado pelo PROAE é a sistematização das respostas coletadas e a retroalimentação dos outros setores, em especial aqueles ligados ao ensino e à Comissão Própria de Avaliação.

O que nos falta [em relação a] esses dados que estão sendo absorvidos é dar tratamento a eles, entende? É dar tratamento e tirá-los do anonimato, porque o egresso nos responde e muitas vezes a gente não tem braço para fazer esse tratamento e para chegar junto [dos outros setores]. Então está muito mais nessa fase de apreensão dos dados, de alimentação do banco de dados. Mas o que está faltando articulada a essa política é a gente ter resultados mais efetivos. (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora).

Apesar de o egresso ser integrante do processo de autoavaliação, a Comissão Própria de Avaliação não aplica questionário com esse público. Os dados são coletados indiretamente quando o estudante verticaliza os estudos, portanto, é egresso de outro curso do IFCE, ou por meio dos servidores que são ex-alunos da casa. Apesar de existirem sujeitos egressos que são discentes, docentes e servidores técnico-administrativos e que participam da autoavaliação institucional, não se pode dizer que os ex-alunos estão incluídos no processo avaliativo.

As pesquisas da Comissão Própria de Avaliação são realizadas anualmente. Como aponta o Gestor 2, “existe uma limitação, porque o egresso não é convidado a participar da resposta deste questionário”. Uma alternativa seria a integração das ações da CPA com a Política de Acompanhamento ao Egresso. No entanto, no *campus* de Fortaleza, a CPA não tem acesso aos dados das pesquisas de egresso realizadas nem pelo *campus*, nem pela reitoria.

Eu estava até mantendo um contato com o diretor de extensão do *campus* [de Fortaleza] para ver os resultados, [para] a gente incorporar no nosso processo de autoavaliação também. Mas quando isto ia chegar ser aplicada e teve a pandemia e não sei em que pé ficou. (GESTOR 2, entrevista à pesquisadora).

O Encontro dos Ex-alunos do *campus* de Fortaleza, por exemplo, é realizado há mais de três décadas. Trata-se de uma congregação dos egressos, promove o fortalecimento do vínculo com a instituição e com os colegas de formação, além de resgatar os laços afetivos, estimular grupos de relacionamento profissional (*network*) e homenagear egressos que se destacam no mercado de trabalho. Os gestores destacaram potencialidades e limitações dessa ação:

Especificamente nós temos uma ferramenta que é no final do ano a gente faz o trabalho de interação com estudante que saiu da instituição e, a partir desse momento, a gente consegue coletar dados através de um questionário. O Dia do Ex-aluno é o

único momento que a gente utiliza hoje como ferramenta de acompanhamento de egressos. (GESTOR 4, entrevista à pesquisadora. Grifo nosso).

É feito uma homenagem todo ano para algum egresso que alcançou algo notável na comunidade, é dada uma honraria. **Ali a gente tem uma sensação do que é ser o egresso na Instituição.** Não é [algo] que a gente consiga mensurar, nem tabular em um processo contínuo de acompanhamento, mas dá para se ter uma sensação. Sempre se traz uma notícia, tem registro fotográfico, o diretor-geral do campus e às vezes o reitor participa disso também, faz uma fala. Eu acho um momento interessante (GESTOR 2, entrevista à pesquisadora. Grifo nosso).

A festa de ex-alunos é belíssima e tem que acontecer sim. Ninguém questiona isso pela dimensão afetiva, a dimensão lúdica, a dimensão do encontro. Mas, para além da festa, a gente precisa sedimentar uma cultura que o estudante se veja como é egresso desde o primeiro dia que ele ponha os pés na nossa instituição, que ele almeje esse vínculo. E a partir disso aí, ele vá **se perceber como alguém que não vai que não vai perder o vínculo com a instituição, que a instituição não quer perder o vínculo com ele.** E que de alguma forma na condição de egresso, ele estabeleça uma parceria conosco para desenvolver várias ações (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora. Grifo nosso).

Durante a pandemia, os Encontros com Egresso foram suspensos, por serem atividades que geravam uma aglomeração de pessoas e não foram aplicados novos questionários com os egressos do *campus* de Fortaleza. Em relação à coleta de dados da reitoria, também não foi realizada nenhuma campanha de estímulo aos egressos para que respondam ao questionário.

Apesar dos avanços com a formalização do PROAE, os gestores foram unânimes em apontar que as ações de acompanhamento do egresso ainda são pontuais.

Existe uma histórica dentro da instituição de acompanhamento [do egresso] e eu posso dizer que precisa ser mais metodologicamente delineado, e também ser anunciado para os estudantes e para a sociedade. Nos falta ainda isso. As ações, ao meu ver, são muito pulverizadas. E falta uma clareza metodológica de como esse trabalho vai se dar, falta concatenação. E para que a gente aja mais compassado a gente precisa estabelecer um diálogo interno, o que é que a gente quer fazer, o quê que a gente pode efetivamente fazer no aspecto de acompanhamento de egressos (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora).

Na entrevista foi questionado aos gestores qual dessas dimensões é mais importante no acompanhamento do egresso: a qualidade do curso, a empregabilidade e/ou empreendedorismo, a continuidade da formação ou a relação afetiva com IFCE. As respostas estão sintetizadas abaixo:

Sem dúvida nenhuma a relação afetiva com a instituição. Esse elo que é desenvolvido entre o egresso e a instituição, acredito que acaba reverberando em todas as outras dimensões que você pontuou. Para mim, é a relação afetiva, é o vínculo. (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora).

Nossa, isso tudo é importante. A gente precisa medir essas coisas para poder ver como é que a gente impacta em tudo isso. Mas tem uma associação, sabe. Se eu for dizer

assim uma coisa mais importante para o meu pensamento pedagógico, diria que é a formação continuada, porque acho que mais do que em qualquer tempo, hoje as pessoas precisam o tempo inteiro está refletindo sobre as nossas vidas. (GESTOR 2, entrevista à pesquisadora).

Tem que escolher uma só? Eu acho todas importantes. A grande ideia é juntar todas essas dimensões que você falou. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

Eu acredito que a empregabilidade, o empreendedorismo é o mais forte nessas linhas que você colocou aí, para mim a mais importante. (GESTOR 4, entrevista à pesquisadora).

Na verdade, todas são importantes. Tem uma escala de contribuição, de importância. Como cientista a gente não despreza nem um dado, mas têm dados que são mais importantes. Então essa questão da qualidade do curso e da relação afetiva são muito importantes na minha parametrização (GESTOR 5, entrevista à pesquisadora).

A comunicação com o egresso é tema que perpassa a fala de todos os gestores. Um deles afirma que “uma constatação quase geral e ampla é a de que a instituição apresenta dificuldade em manter contato com o egresso” (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora). Sobre a comunicação com o egresso, os gestores apontam as seguintes sugestões:

- a) ser fluída, ter uma linguagem fácil e acessível;
- b) ser pró-ativa;
- c) ser realizada pelas redes sociais;
- d) tornar o portal mais atrativo para o aluno e para o egresso;
- e) trazer oportunidades de inserção do mercado de trabalho;
- f) criar identificação nos alunos que fortaleçam o vínculo como egresso;
- g) divulgar notícias sobre os egressos de sucesso;
- h) produzir boletim anual com o nome dos formandos, com placa de formatura virtual de cada turma;
- i) enviar mensagem comemorativa pelo aniversário de 10 anos de formatura;
- j) mapear onde os egressos estão geograficamente no mundo.

Apesar de os gestores reconhecerem que já são publicadas notícias sobre os ex-alunos nos canais institucionais do IFCE, eles sugerem uma comunicação mais direcionada a esse público:

Acho que a gente devia mostrar quem são nossos ex-alunos formados, notícias sobre as vitórias dos nossos egressos. A gente sempre está mostrando alunos que estão saindo da instituição eu vou fazer pós-graduação fora do Brasil ou em outras instituições locais que tenham um renome, gente que conseguiu colocação profissional renomada. Um caso célebre aqui é o professor Cláudio Lenz César²⁸, que

²⁸ Cláudio Lenz Cesar é físico, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN). Foi o ex-aluno homenageado no encontro de 2011 e

é físico no CERN [Organização Europeia para Pesquisa Nuclear], na Europa. Mas acho que a gente deveria estruturar melhor. (GESTOR 2, entrevista à pesquisadora).

Destaca-se a necessidade da prestação de serviços ao egresso, porque a comunicação com ele precisa “ser uma via de mão dupla”. Como ponderou o Gestor 5, se a instituição não tem nada para dizer ao egresso, muitas vezes o egresso também não terá nada a dizer para a instituição.

O aluno egresso tem essa possibilidade muito rica de tanto ajudar a instituição, como receber ajuda da instituição; A responsabilidade da instituição com o egresso é grande por isso. Não é simplesmente porque ele terminou o curso que ele já não tem mais nada a ver com a instituição. Acho que tem. Tem esse período de transição. A oportunidade da gente trabalhar o programa de acompanhamento ao egressos é justamente isso: pegar esse momento de transição, que ele ainda tem uma certa ligação emocional, afetiva com a instituição, e não deixar que ele se afaste totalmente, tanto contribuir para o enriquecimento da vida acadêmica, social, no sentido da inserção do trabalho e a gente não perca, e a gente possa também receber dele feedbacks que possam alimentar a melhoria da instituição. (GESTOR 3, entrevista à pesquisadora).

Ainda segundo o Gestor 5, “o egresso tem um histórico, uma vivência dentro da instituição, que é o seu principal valor. Então, eu entendo ele como um eterno e contínuo aluno da instituição”. Os gestores destacaram também o impacto da formação recebida na vida dos ex-alunos:

É perceber a grande influência na vida profissional desses egressos pelo fato ter estudado na instituição, ou seja, ela foi um fator determinante na vida das pessoas que passaram por ela e, por consequência, ao sair da instituição ele teve um profissionalismo, ele verticalizou os estudos ou ele foi trabalhar na área educacional.. Mas a base que tiveram na instituição foi muito forte. Então, esse é o ponto muito positivo para a gente. (GESTOR 4, entrevista à pesquisadora).

Identificar o grau de satisfação dos ex-alunos com a formação obtida, com o corpo docente e com a prática profissional. Aferir a satisfação em relação aos conteúdos teóricos e práticos e a melhoria de vida após a conclusão do curso. Interagir, fornecer apoio para inserção laboral, fortalecer o vínculo, ofertar formação continuada, estimular a participação nos eventos, na pesquisa e na extensão, como voluntários. Readequar os currículos, melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão. O acompanhamento do egresso é um universo que não cabe em si e precisa ser verdadeiramente compartilhado entre aqueles que compõem a instituição de ensino. Para isso, é preciso também que se estabeleça uma verdadeira cultura de avaliação:

recebeu o troféu Símbolo do Trabalho, comenda máxima do CEFET-CE, Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará em 2001.

Ainda falta para nós, e não é uma coisa só do Instituto [Federal do Ceará], é mesmo cultural do nosso país, a gente internalizar uma cultura avaliativa, entende? A gente entender que avaliar não é punir. Avaliar é para melhorar. Aí nesse sentido a gente não consegue perceber uma ligação clara, não é só da questão do acompanhamento de egressos com a CPA e a avaliação institucional não, eu posso te dizer que é com todas as searas da nossa instituição. A gente participa da CPA muito mais para cumprir o rito do que a gente de fato pegar aqueles resultados, as relações que se estabelecem, estudar com afinco, implementar melhorias com base naquilo (GESTOR 1, entrevista à pesquisadora)

No próximo tópico, apresentamos o produto educacional Egresso em Números. Espera-se que o *dashboard*²⁹ possa fomentar mais estudos sobre o egresso no âmbito do IFCE, segmentado por *campus* ou por cursos, bem como permita pesquisas longitudinais de inserção no mercado de trabalho, colaborando para estudos e análises sobre os egressos, como solicita o processo de avaliação do SINAES. Além disso, espera-se que ele seja uma ferramenta auxiliar para a gestão do Programa de Acompanhamento ao Egresso do IFCE.

²⁹ Ferramenta para o acompanhamento de indicadores para auxiliar os processos de gestão.

5 O EGRESSO EM NÚMEROS

Um mestrado profissional na área de Ensino “têm como objeto a mediação do conhecimento científico, a integração entre conhecimento disciplinar e conhecimento pedagógico, construindo pontes entre diferentes áreas e processos educativos” (LEITE, 2018, p. 330-331). Ainda segundo Leite (2018):

Os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. (LEITE, 2018, p. 331).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa aplicada, fruto dos referenciais teórico-metodológicos de cada programa da modalidade profissional e, também, das reflexões e questionamentos que emergem da práxis do educador-pesquisador, que durante o mestrado profissional se habilita a identificar situações-problema e propor soluções, por meio de um Produto/Processo Educacional (PE) (RIZZATTI *et al*, 2020).

Para Rizzatti *et al* (2020, p. 2), “a função de um PE desenvolvido em determinado contexto sócio-histórico é servir de produto interlocutivo”. Os autores acrescentam que, para a CAPES, o Produto/Processo Educacional (PE) se configura como a “principal produção de um Programa Profissional” (RIZZATTI *et al*, 2020, p. 2).

Os produtos educacionais gerados nesses programas de pós-graduação são publicados na plataforma EduCAPES³⁰ e podem ser consultados gratuitamente pela comunidade acadêmica, por professores e por estudantes. Segundo Rizzatti *et al* (2020), um Produto/Processo Educacional (PE):

Deve apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina. (RIZZATTI *et al*, 2020, p. 4).

³⁰ <https://educapes.capes.gov.br/>

Esse é outro ponto de diferença para a modalidade acadêmica. O Produto/Processo Educacional (PE) desenvolvido precisa “ser aplicado em um contexto real, podendo ter diferentes formatos” (RIZZATTI *et al*, 2020, p. 2) com os sujeitos ao qual se destina.

Também se procedeu a uma pesquisa na plataforma EduCAPES³¹ sobre produtos educacionais destinados aos egressos ou envolvendo esse público. A pesquisa foi realizada na referida base de dados com o descritor “egresso”, aplicando um filtro para que a busca fosse realizada na comunidade “Área de Ensino da Pós-graduação”. O resultado trouxe 34 produtos educacionais e, após a análise do registro completo dos itens, seis foram considerados elegíveis³² para a área de pesquisa do acompanhamento do egresso.

³¹ <https://educapes.capes.gov.br/>

³² Os demais produtos educacionais não eram destinados aos egressos e não envolviam o egresso em sua produção e validação. Tratavam-se, na verdade, de sequências didáticas, cursos de formação, avaliações do estágio, formação pedagógica dos professores, guia para elaboração de projetos pedagógicos, cineclubes, entre outros produtos.

Quadro 6 – Produtos educacionais com foco no egresso – Área de Ensino do portal EduCAPES

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	AUTORES	LINK
Portal de Vagas para Egressos	2019	Instituto Federal do Paraná	Pupo, Matilde Dias Martins; Urbanetz, Sandra Terezinha	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433158
Projetos de Iniciação Científica no Ensino Médio – Sua participação é importante	2018	Instituto Federal do Paraná	Tedesco Filho, Jacir Mario; Urbanetz, Sandra Terezinha	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431457
1º Circuito de Oficinas Virtuais do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica	2020	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Porto, Maria Beatriz Dias da Silva Maia; Cruz, Mara Monteiro	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/598403
Gestão na Educação Básica	2018	Universidade Metropolitana de Santos	Souza, Liliane; Carramillo-Going, Luana	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/205325
Guia de Implantação de um Programa de Mentoria para Estudantes de Ensino Superior	2020	Universidade do Estado de Santa Catarina	BERNARDES, Alexandre; GASPARINI, Isabela; COMIOTTO, Tatiana	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/582273
Educação Matemática no curso Técnico em Estradas do Ifes: Um Olhar histórico para a construção do currículo	2018	Instituto Federal do Espírito Santo	KACHEL, Gabriel Luiz Santos; SAD, Lígia Arantes	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/564182

Fonte: Levantamento realizado pela autora (2022)

Os produtos educacionais listados envolviam um portal de integração com o mercado de trabalho; um guia para estimular a participação dos discentes em projetos de iniciação científica a partir da visão dos egressos; um evento para colaborar com a formação dos discentes e egressos; a avaliação das competências adquiridas durante o curso; um programa de mentoria que integrava alunos e ex-alunos; e um *e-book* que avalia a evolução do currículo a partir de documentos e das vivências dos sujeitos envolvidos, entre os quais estavam os egressos do curso.

O filtro Área de Ensino da Pós-graduação foi adotado por ser a área que abrange o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa livre na base de dados trouxe 1859 produtos educacionais. Identificaram-se aplicativos para integração dos ex-

alunos com o mercado de trabalho³³, *podcast*³⁴, boletim³⁵, portal³⁶, estudos de empregabilidade³⁷, estudo sobre o perfil do egresso³⁸, entre outros. Indica-se a realização de levantamentos mais amplos para identificar produtos educacionais já desenvolvidos para o egresso, suas implantações e possíveis integrações.

Por fim, procedeu-se à análise do Portal do Egresso³⁹ da Universidade Federal do Ceará (UFC). Essa instituição de ensino superior foi escolhida por ser a universidade de graduação da pesquisadora, por suas pesquisas pioneiras com os egressos⁴⁰ e por ter lançado o referido portal em data próxima à pesquisa de campo. Trata-se de um portal com depoimentos, notícias e oportunidades para os egressos. Traz a pesquisa da IEs para seus ex-alunos e divulga os resultados desta. Por fim, traça um perfil dos egressos utilizando princípios da estatística descritiva.

Foi justamente esse último ponto que inspirou a criação do presente produto educacional. Quem é o egresso do IFCE? O que a instituição já sabe sobre ele? Afinal, não se parte do zero; há um vínculo institucional e afetivo que foi estabelecido com os ex-alunos. Partindo desses pressupostos, iniciou-se o planejamento do Egresso em Números. Na sua elaboração, foram adotadas as seguintes etapas:

- a) planejamento inicial, definição do produto e dos indicadores estatísticos a serem trabalhados;
- b) apresentação do escopo do produto aos gestores da reitoria e do *campus* de Fortaleza do IFCE para anuência para uso dos dados do Q-Acadêmico;
- c) levantamento e tratamento dos dados brutos;
- d) teste e escolha da ferramenta para modelagem dos dados;
- e) designer do produto educacional;
- f) validação do produto educacional junto aos gestores da área;
- g) correções na proposta do produto educacional após considerações dos gestores e da banca de qualificação.

³³ <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/564998>

³⁴ <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643746>

³⁵ <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575152>

³⁶ <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/40657>

³⁷ <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/107177> ; <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/142449>; <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/40225> ; <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/55738>;

³⁸ <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552956> ; <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/618270>; <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/154791>

³⁹ <https://egressos.ufc.br/>

⁴⁰ Segundo Jean-Jacques Paul (2015), a Universidade Federal do Ceará promoveu em 1986 uma pesquisa de egressos com os graduados de 17 cursos nos anos de 1978, 1980 e 1983.

Após o percurso metodológico de criação desse produto educacional, passamos agora à apresentação do Egresso em Números.

5.1 Portal Egresso em Números

A garantia de acesso à informação pública e a transparência das instituições públicas são sinais de maturidade para abertura efetiva à sociedade e para a promoção de um diálogo menos assimétrico entre essas duas instâncias. O produto educacional aqui proposto vai ao encontro desses pressupostos.

Em 12 de novembro de 2015, o IFCE lançou a plataforma digital IFCE em Números, que traz dados do sistema acadêmico da instituição mantidos pelas coordenações de registros acadêmicos presentes nos *campi*. Trata-se de uma ferramenta de transparência ativa⁴¹ com foco em dados da permanência e êxito dos estudantes. São exemplos de estatísticas disponibilizadas: dados sobre os matriculados, situações de matrícula, rendimento acadêmico, cursos, origem dos alunos e fluxo escolar. A ferramenta foi desenvolvida no Tableau Software e é gerida pela Pró-Reitoria de Ensino.

O sucesso da experiência do IFCE em Números mostra que existe ambiência na cultura organizacional do IFCE para adoção de ferramentas de transparência ativa. Mesmo assim, um dos primeiros passos do desenvolvimento do produto educacional foi sua apresentação aos gestores diretamente envolvidos com a temática no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE, da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Diretoria-geral do *campus* de Fortaleza.

Após a anuência dos gestores, o levantamento e a análise inicial dos dados brutos, seguiu-se a escolha da ferramenta para a modelagem dos dados e disponibilização na *web*. Foram analisadas três opções: Power BI, Google Data Studio e Tableau Software.

O Power BI é uma plataforma de *business intelligence* desenvolvida pela Microsoft. Apesar de a ferramenta disponibilizar um plano gratuito e um plano profissional, a integração com outros *sites* só é possível na versão paga. O Tableau Software, por sua vez, é uma ferramenta mais robusta já adotada no IFCE em Números. O primeiro *software* exige o Windows, enquanto o segundo, Linux.

⁴¹ O *site* IFCE em Números foi o vencedor do 4º concurso de Boas Práticas de Gestão, na categoria promoção de transparência ativa e/ou passiva, promovido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) em 2016. O concurso reconhece iniciativas no Poder Executivo Federal que contribuam para a melhoria da gestão pública.

A opção pelo Google Data Studio se deu pela familiaridade do uso⁴², por exigir apenas conhecimentos básicos em ciência de dados e por ser realizado completamente em nuvem, permitindo o compartilhamento e um melhor acompanhamento da execução do projeto. A programação do *Dashboard* foi desenvolvida em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social do *campus* de Fortaleza, com a participação de um bolsista de extensão do curso de Engenharia de Computação.

Quadro 7 - Comparativo entre as ferramentas de BI

	Microsoft Power BI	Google Data Studio	Tableau Software
Opção de gráfico com mapa geográfico	Disponível	Disponível	Disponível
Interface	Amigável	Amigável	Amigável
Usuários	Licença por usuário	Ilimitado	Licença por usuário
Implementação	Programa em <i>desktop</i> Windows qualquer área de trabalho e pequenas mudanças na nuvem	Completamente em nuvem	Programa em qualquer área de trabalho e pequenas mudanças na nuvem
Integração com o site do IFCE	Pago	Gratuito	Pago
Nº de <i>dashbord</i>	Ilimitado	Ilimitado	Ilimitado
Opções para elaboração de layout	Flexível	Predeterminado	Flexível
Atualização	Tempo real	A cada 12 horas	Tempo real

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao pensar no produto educacional, voltamos à nossa pergunta orientadora: quem é o egresso do IFCE? A premissa é que, a partir das informações que a própria instituição possui, pode-se começar a desenhar esse perfil, ao mesmo tempo em que atendemos à obrigação legal proposta pelo SINAES de criar um mecanismo com informações atualizadas dos egressos.

Para isso, foi proposto o Egresso em Números, um *dashboard* estatístico sobre o egresso que sistematiza e disponibiliza ao público e à gestão do IFCE importantes indicadores institucionais. Foram exportados do Sistema Q-Acadêmico os seguintes dados: nome completo do egresso, CPF, sexo, data de nascimento, município de residência, nível do curso, datas de entrada e saída. A partir deles, buscou-se relacionar alguns indicadores estatísticos sobre o perfil do egresso:

⁴² Nossa preocupação inicial no desenvolvimento do produto educacional era contribuir com a maturidade da cultura de dados abertos da instituição. Por isso, partimos do pressuposto de que a adoção do mesmo *software* já utilizado do IFCE em Números seria uma decisão estratégica, pensando, inclusive, em uma futura integração entre os sistemas. No entanto, em diálogo com a Diretoria de Tecnologia da Informação do IFCE, identificamos que esse não era um requisito para a instituição e que a escolha do *software* poderia ser feita pela equipe de programação.

- a) número total de concluintes;
- b) número de concluintes por ano;
- c) número de concluintes por modalidade de ensino;
- d) número de concluintes por curso;
- e) número de concluintes por *campus*;
- f) média de idade da conclusão;
- g) média do tempo para concluir o curso;
- h) percentual de homens e mulheres entre os concluintes;
- i) número de concluintes por cidade.

Definir quais dados serão divulgados não é uma escolha simples. O objetivo não é apenas disponibilizar os dados brutos, mas sim permitir à comunidade interna e externa o acesso a dados segmentados que possibilitem futuros estudos de acompanhamento do egresso. Por isso, foram criados filtros para análise dos dados por *campus*, por nível de formação, por ano e por curso, permitindo alguns recortes e combinações das informações, como pesquisas sobre inserção no mercado de trabalho, recenseamentos e estudos longitudinais qualitativos.

Como destacam Pedroso, Tanaka e Cappelli (2013, p. 527), “a comparação entre essas informações é um dos usos mais promissores dos dados abertos”. Os dados do Portal do Egresso podem ser disponibilizados em planilhas, interpretáveis por máquinas.

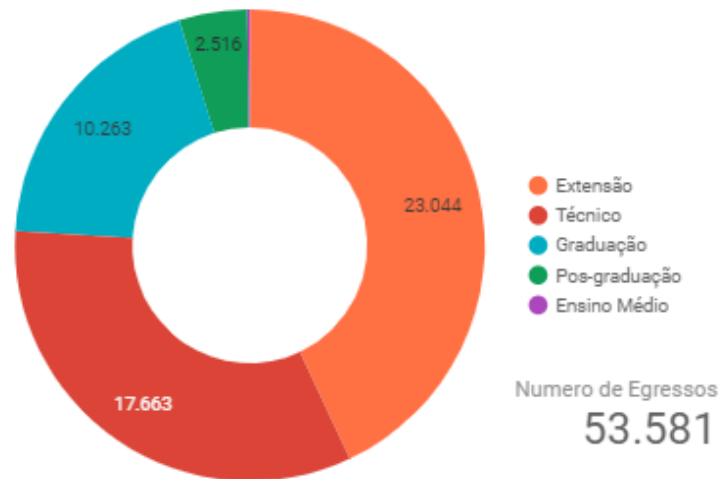
No total, foram analisados os dados de 53.581 egressos formados entre 2008 e 2020. Destaca-se a força da extensão, que, por meio da formação continuada, respondeu por 43% (23.044) dos egressos do período. Foram 17.663 alunos formados nos cursos técnicos, nas modalidades integrada e subsequente, o que representa um total de 33%. As graduações responderam com o percentual de 19,2% dos egressos, ou seja, 10.263 alunos formados nas licenciaturas, bacharelados e cursos tecnológicos. A pós-graduação, por sua vez, representa 4,7% dos ex-alunos, com 2.516 concluintes nos cursos de especialização e mestrado ofertados pelo IFCE.

Os dados revelaram, ainda, a existência de 95 egressos que concluíram apenas o ensino médio no IFCE, o que corresponde a 0,16%. Não podemos esquecer que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) foi proibido de ofertar o ensino médio integrado ao ensino técnico em 1997, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso⁴³. A instituição passou, então, a ofertar o ensino médio e a formação técnica

⁴³ A proibição foi estabelecida pelo Decreto nº 2.208/97.

separadamente, podendo o aluno manter matrículas distintas e concluir as formações independentemente.

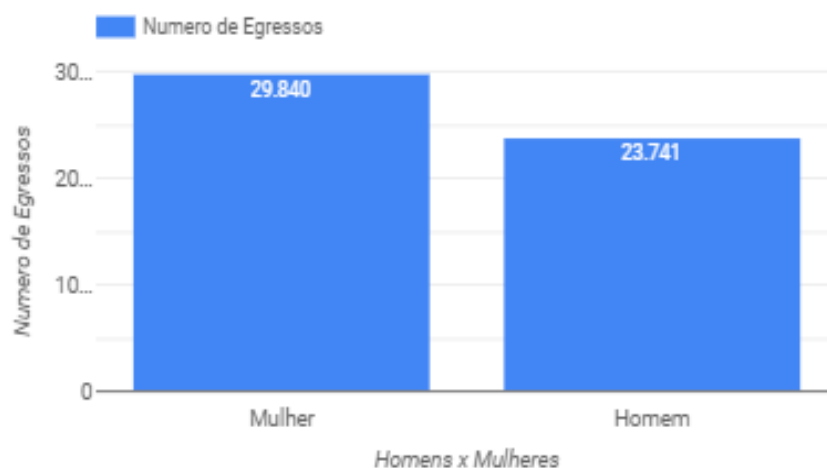
Figura 5 - Número de egressos por modalidade de ensino



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Ainda em relação aos egressos, 55,70%, ou seja, 29.840, são do gênero feminino. Enquanto, 44,30%, isto é, 23.741, são do gênero masculino. Não há dados sobre o número de ex-alunos que são transexuais⁴⁴.

Figura 6 - Número de egressos por sexo



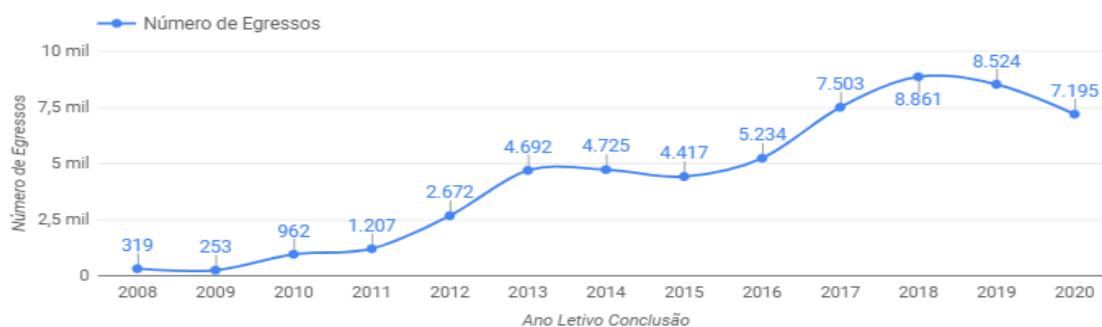
Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

⁴⁴ Albuquerque (2020) aponta a dificuldade da inserção das pessoas transexuais no mercado de trabalho. Em especial, o imaginário popular que associa mulheres trans e travestis à prostituição. O preconceito institucional é apontado pela autora como uma barreira para o acesso à educação, sendo a escola um ambiente hostil a elas. “A pouca discussão em torno do tema da transgeneridade dentro do ambiente escolar, pressupõe-se que o reduzido debate, ou a própria ausência deste, seja um reflexo do pequeno número de estudantes transgênero matriculadas/os na instituição” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 23). Deixamos aqui o indicativo de estudo futuro sobre os egressos transexuais e a relação da escolaridade com sua inserção no mercado de trabalho.

O pico de egressos formados na série histórica ocorre em 2018, com o total de 8.818 egressos. Há uma leve queda no ano subsequente, quando foram registrados em todo o IFCE 8.326 egressos, seguida de uma abrupta ruptura pela pandemia causada pela COVID-19, que suspendeu as aulas presenciais no Ceará. O IFCE passou a adotar o ensino remoto para concluir as atividades letivas.

Fazem-se necessários estudos qualitativos para entender o impacto da pandemia no número de formandos. Houve aumento da evasão? Se sim, por quais motivos (não adaptação ao ensino remoto, dificuldade de acesso à internet, fatores socioemocionais, impactos econômicos da pandemia na organização familiar, entre outros)? A ausência das atividades práticas foi fator de retenção dos formandos na IES? Foi possível realizar os estágios nesse período? A instituição conseguiu acompanhar os concluintes? A diminuição dos egressos se deu de forma linear em todos os cursos e modalidades de ensino? As questões suscitam estudos futuros.

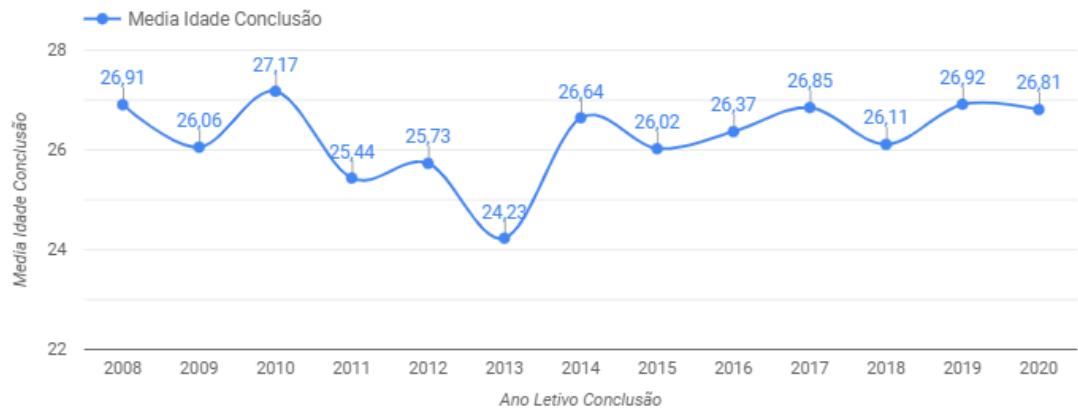
Figura 7 - Número de egressos por ano



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

A média da idade dos formandos entre 2008 e 2020 é de 26 anos e um mês.

Figura 8 – Idade média dos egressos na conclusão do curso

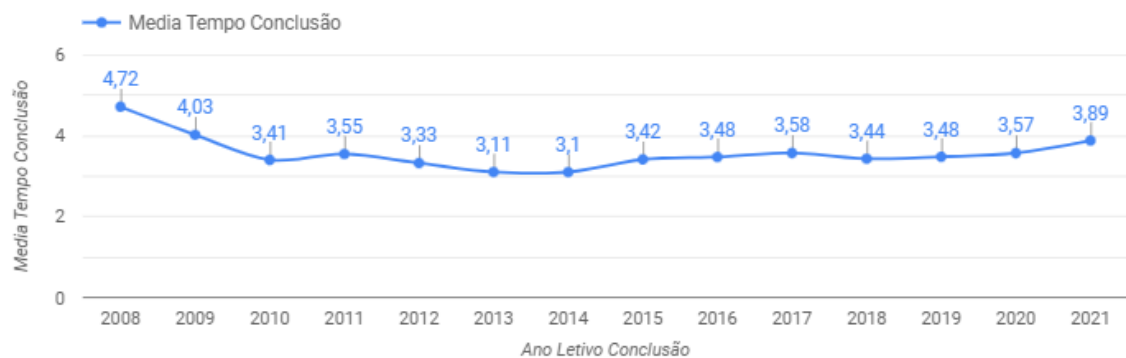


Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Os gráficos abaixo mostram o tempo médio de conclusão dos cursos no período analisado por modalidade de ensino.

Figura 9 - Tempo médio de conclusão por ano – Ensino Técnico

Ensino técnico



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Figura 10- Tempo médio de conclusão por ano – Ensino Superior



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Figura 11- Tempo médio de conclusão por ano – Pós-graduação



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Como veremos na etapa de validação do produto, os cursos de formação inicial e continuada, que têm em geral como unidade de medida meses, puxam a média de conclusão dos cursos para baixo e não foram considerados nesses indicadores. Além disso, o gráfico representativo para a pós-graduação apresentou uma divergência de dados, o que mostra a necessidade de trabalhar melhor esses indicadores.

Por fim, apresentamos o número de formandos por *campi* no período estudado.

Figura 12 - Número de egressos por campi

	Campus	Numero de Egressos ▾
1.	CAMPUS FORTALEZA	10.872
2.	CAMPUS IGUATU	2.923
3.	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE	2.768
4.	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	2.677
5.	CAMPUS QUIXADÁ	2.148
6.	CAMPUS ARACATI	1.997
7.	CAMPUS MARACANAÚ	1.960
8.	CAMPUS SOBRAL	1.796
9.	CAMPUS CEDRO	1.734
10.	CAMPUS CRATEÚS	1.686
11.	CAMPUS ACARAÚ	1.664
12.	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE	1.643
13.	CAMPUS BOA VIAGEM	1.477
14.	CAMPUS HORIZONTE	1.461
15.	CAMPUS CRATO	1.266
16.	CAMPUS PECÉM	1.232
17.	CAMPUS ITAIPÓCA	1.217
18.	CAMPUS CANINDÉ	1.208
19.	CAMPUS TIANGUÁ	1.181
20.	CAMPUS JAGUARIBE	1.120
21.	CAMPUS MORADA NOVA	1.112
22.	CAMPUS MARANGUAPE	1.106
23.	CAMPUS CAUCAIA	960
24.	CAMPUS CAMOCIM	912
25.	CAMPUS BATURITÉ	902
26.	CAMPUS GUARAMIRANGA	834
27.	CAMPUS TAUÁ	785
28.	CAMPUS UMIRIM	724
29.	CAMPUS ACOPIARA	655
30.	CAMPUS UBAJARA	566
31.	CAMPUS JAGUARUANA	504
32.	CAMPUS PARACURU	491

Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Não foi possível incluir teste de acessibilidade no escopo do desenvolvimento desse produto nem teste de navegação na versão *mobile*.

6 PERCURSO METODOLÓGICO: CONTEXTO E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta seção versará sobre os procedimentos metodológicos adotados, além disso, serão apresentadas todas as escolhas que sustentaram a abordagem desta pesquisa, tais como a seleção do método, dos sujeitos, meios de coleta e análise dos dados.

Este estudo adota a abordagem quanti-qualitativa, pois utiliza métodos mistos e possibilita que a produção de dados mutuamente complementares favoreça uma interpretação mais completa e abrangente do fenômeno pesquisado (SANTOS *et al.*, 2017, p. 7).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, porque visa “proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil [...] formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

Como método e técnica de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental, considerando que “[...]documentos não [são] apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, 2008, p. 147).

Para a análise dos dados coletados, procedeu-se a um tratamento quantitativo sobre 20 políticas de acompanhamento ao egresso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁴⁵ Além disso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. A referida técnica visa classificar elementos em categorias a fim de estabelecer uma investigação do que há em comum entre cada elemento estudado, facilitando o seu agrupamento e a parte comum que guarda semelhança entre esses elementos (BARDIN, 2011). O estabelecimento de categorias é útil por “[...] fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p. 148-149).

Para alcançar os objetivos traçados para esta pesquisa, realizou-se ainda entrevista semiestruturada com cinco gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará para complementar a coleta de dados. Esse tipo de entrevista permite à pesquisadora comparar as diferentes respostas dos sujeitos da pesquisa para o mesmo conjunto de perguntas. O roteiro das entrevistas está disponível no Apêndice A deste trabalho.

Foi possível, ainda, a caracterização desses sujeitos, a identificação das ações de acompanhamento ao egresso, a avaliação sobre pontos positivos e negativos das mesmas. Além disso, buscou-se investigar a existência de integração entre os setores, identificar as

⁴⁵ Conforme o Quadro 2 - O acompanhamento do egresso na Rede Federal EPT.

expectativas dos gestores sobre o conteúdo para o egresso no portal do IFCE, bem como apresentar e validar o produto educacional desenvolvido. Também foram averiguados os dados obtidos nas fontes documentais. Como bem nos lembra Lakatos e Marconi:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS, MARCONI. 2003, p. 195).

Foram escolhidos para a etapa das entrevistas dois gestores integrantes do quadro da reitoria do IFCE, dois gestores do *campus* de Fortaleza – unidade mais antiga e com maior número de alunos e egressos – e um integrante da Comissão Própria de Avaliação.

As entrevistas foram realizadas individualmente com cada participante, utilizando a plataforma Google Meet, ferramenta já disponível no e-mail institucional do IFCE. O objetivo foi manter o distanciamento social devido à pandemia de COVID-19, garantido a segurança dos voluntários e da pesquisadora. Os participantes receberam previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), que autoriza a divulgação dos dados de sua entrevista para a pesquisa e publicação. O TCLE foi lido antes do início de cada entrevista e foi assentido pelos sujeitos da pesquisa. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE, por meio da Plataforma Brasil. As entrevistas resultaram em 6 horas e 3 minutos de gravação, decupadas em 86 páginas.

Para os fins desta pesquisa, recorreu-se à triangulação metodológica, pois permite que os pesquisadores possam assumir diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo ou, de modo geral, possibilita responder à pergunta de pesquisa à medida que emprega vários métodos e/ou em várias abordagens teóricas (FLICK, 2009).

Antes de iniciar o planejamento e execução do produto educacional foi realizada pesquisa exploratória na base da EduCAPES com o indexador “egressos”. Também se analisou o Portal de Egressos da Universidade Federal do Ceará e 44 portais das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica. O produto educacional passou por etapa de validação com os gestores e com a banca de qualificação.

7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Após a etapa de validação do produto educacional, foi excluída a planilha com a listagem nominal dos alunos. Essa alteração se deu para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais⁴⁶, a qual visa garantir a proteção de dados pessoais. De acordo com a LGPD, o nome é um dado pessoal e seria necessária autorização prévia dos ex-alunos para sua publicização. A supressão da tabela responde tanto a questionamentos da banca de qualificação como a sugestões de avaliações externas ao qual o Egresso em Números foi submetido.

A banca de qualificação sugeriu que o indicador sobre o tempo médio para a conclusão do curso fosse dividido por nível de ensino, o que foi acatado gerando ajuste no produto educacional.

Os cursos FIC podem ter duração de três dias a um ano. Por isso, devem ser medidos em outra unidade que não “semestre”. O uso da medida “semestre” gerava erros estatísticos na primeira versão do Egresso em Números, já que a maioria dos cursos iniciava e terminava no mesmo período. Os dados exportados do sistema acadêmico nessa etapa da pesquisa trouxeram apenas o ano letivo e o período de ingresso e conclusão. O indicativo é verificar a possibilidade de outras informações na base de dados primária, como a carga horária total, para balizar uma nova medida. Como não foi solucionada essa questão, o gráfico de tempo de conclusão para os cursos FIC foi suprimido e será retomado em estudos posteriores.

Ainda sobre o indicador tempo médio para a conclusão, é preciso aperfeiçoar a fórmula de cálculo. Considerando o tempo de conclusão, como a variável Ct , consideramos o ano letivo de término (ALt) menos o ano letivo de início (ALi), mais 1. Conforme a fórmula abaixo:

$$Ct = (ALt - ALi) + 1$$

No entanto, matematicamente a fórmula não representa as diferentes possibilidades de entrada e saída considerando os períodos letivos. Muitos egressos não concluem seus cursos no tempo previsto no plano de curso, sendo a flexibilidade para cursar os componentes curriculares uma característica da EPT. Além disso, a rede enfrenta também problemas de retenção dos estudantes.

Tomemos como exemplo um estudante que ingressou na instituição em 2013 e se formou em 2016. Ele pode ter entrado e saído no primeiro ou no segundo semestre letivo. A

⁴⁶ Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

fórmula listada acima corresponde somente a condições dos que ingressaram em 2013.1 e se formaram em 2016.2.

No entanto, se o ex-aluno do nosso exemplo tiver iniciado o curso em 2013.1 e se formado em 2016.1 ou entrado em 2013.2 e concluído o curso em 2016.2, a fórmula que representa seu tempo de conclusão de curso será:

$$Ct = (ALt - ALi) + 0,5$$

A última combinação possível é se o egresso tiver iniciado seu curso no semestre 2013.1 e concluído no semestre 2016.1. Nesse caso, o cálculo será representado pela seguinte fórmula:

$$Ct = (ALt - ALi)$$

Por fim, a média do tempo de conclusão (MCt) será dada pelo somatório do Ct dividido pelo número total de egressos (NTE) que se quer avaliar, seja por ano, seja pela modalidade de ensino, entre outras variáveis.

$$MCt = \frac{\sum Ct}{NTE}$$

No Egresso em Números, essas informações se materializam no gráfico, como exemplificado abaixo (já apresentada anteriormente):]

Figura 11- Tempo médio de conclusão por ano – Pós-graduação



Fonte: Egresso em Números – Produto educacional elaborado pela autora (2022).

Registrou-se inconsistência dos dados do tempo médio de conclusão de curso. Foi percebida apenas na etapa de validação do Egresso em Números, o que demonstra a importância do teste do produto educacional por aqueles que vivem a realidade para o qual ele foi pensado. A solução será a correção da fórmula, considerando também a variável do período, isto é, se o início e o fim do curso se deram no primeiro ou no segundo semestre.

Conforme apontado por outro gestor na etapa de validação do Egresso em Números, nem todos os cursos de extensão ofertados pelo IFCE estão registrados no sistema acadêmico, somente aqueles com carga horária igual ou superior a 40 horas-aula. Essa observação não invalida os dados do Egresso em Números, que parte de uma base de dados primária validada e bem estabelecida: o sistema acadêmico adotado pela instituição de ensino.

No entanto, é preciso registrar esse limite da ferramenta para pesquisas futuras. Por exemplo, quando se volta o olhar para avaliar as ações de extensão realizadas pelo Instituto Federal do Ceará, é preciso considerar que a força do setor é ainda maior do que aquela registrada pelo Egresso em Números. A plataforma é um ponto de partida importante para estudos nessa área, mas deve ser complementada com outras fontes de dados.

Compararam-se, ainda, informações fornecidas pelo Egressos em Números com as aquelas disponibilizadas na Plataforma Nilo Peçanha. A PNP adota o conceito de concluinte e de formandos. O primeiro reúne o “somatório dos alunos formados com os integralizados em fase escolar no ano de referência”. Já os formandos, segundo o glossário da Plataforma Nilo Peçanha, “correspondem aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso do ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado”.

Já o Egresso em Números trabalha com os dados das matrículas que estão concluídas no sistema acadêmico. Tomaram-se como equivalentes os conceitos formandos da PNP com número de egressos do Egressos em Números. No entanto, os dados apresentam divergências, conforme quadro comparativo abaixo:

Quadro 8 - Comparativo entre os dados da Plataforma Nilo Peçanha e do Egresso em Números

Ano base	Número de formandos na Plataforma Nilo Peçanha	Número de formandos no Egresso em Números
2017	7.831	7.503
2018	8.987	8.861
2019	8.608	8.524
2020	6.683	7.195

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A diferença dos dados pode se dar porque os índices não são equivalentes ou porque os dados não foram declarados corretamente na PNP. Não se quer com esse achado de pesquisa colocar os números da Plataforma Nilo Peçanha sob desconfiança. A PNP é uma importante ferramenta para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Mostrou na prática a possibilidade de criar indicadores nacionais que podem ser acessados não só pelos gestores, mas pelo público em geral.

O grande desafio da gestão de indicadores educacionais não é apenas a criação do sistema, mas o estabelecimento de conceitos claros para a padronização dos dados, diminuindo ao máximo a interpretação e a criatividade de quem preenche as informações. Ferramentas internas de gestão de dados ajudam no controle e no monitoramento dos indicadores, fornecendo uma dupla checagem.

O simples uso da tecnologia para a divulgação e o acesso à informação não promove a cidadania, que está ligada à capacidade coletiva de interagir com os órgãos governamentais, de influenciar na tomada de decisão e de acessar os serviços públicos. Trata-se de um novo modelo de governança e exige, além da transparência ativa, um diálogo contínuo com a sociedade civil organizada.

Tornar disponível um grande volume de dados não significa, necessariamente, melhorar a condição de consumo dos serviços públicos pelos cidadãos-usuários, nem necessariamente dotá-los de maior capacidade de exercício do controle social, se não houver organização e práticas de trabalho que facilitem sua seleção e utilização. (VAZ, 2002, p. 22-23).

Cientes desses limites expostos, o Egresso em Números cumpre a função de publicizar as informações e pode ser um instrumento auxiliar na governança do IFCE e no seu relacionamento com a própria comunidade interna (gestores, equipe pedagógica e professores, por exemplo) e com a comunidade externa (egressos, organizações do setor produtivo e da sociedade civil, imprensa, comissões de avaliação, entre outras). Traz dados primários da instituição, íntegros e autênticos, processados em formato de gráficos para facilitar a compreensão do público, permitindo ainda o cruzamento de informações pelos usuários.

Além disso, o Egresso em Números atende ao conceito de dados abertos, ao permitir que a informação seja acessada, analisada, compartilhada livremente por qualquer pessoa. A plataforma divulga dados primários e atuais sobre o egresso. As informações estão completas, podem ser exportadas em formato compreensível por máquina e não são discriminatórias. Apesar de o Google Data Studio ser um *software* proprietário, ele não exige nenhuma licença para uso.

8 CONCLUSÃO

A publicização ativa de dados a partir do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) é um passo fundamental para a gestão pública transparente. Promove transformações na comunicação entre a instituição de ensino e a sociedade. Portais de dados abertos são ferramentas que permitem o exercício do controle social. É uma oportunidade de conexão com a sociedade, que melhora a qualidade da relação do IFCE com a sociedade.

A avaliação educacional, quando incorporada verdadeiramente à cultura organizacional, é uma resposta ao princípio da “garantia de padrão de qualidade” do ensino, previsto na Constituição Federal.

O produto educacional Egresso em Números não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de informações necessárias à tomada de decisões e ao controle social. Ao se inspirar na experiência do Portal do Egresso da UFC, coleta dados, modela indicadores e dissemina resultados sobre o perfil do egresso do IFCE, em formato que pode ser consultado pelo usuário comum, por gestores e pesquisadores da área da educação. Como indicação de melhorias futuras, além do aperfeiçoamento das fórmulas estatísticas, indicamos a interligação do Egresso em Números com os outros sistemas institucionais, como o sistema acadêmico.

O egresso é uma fonte de informação categorizada sobre a qualidade da formação recebida pela instituição de ensino, tanto nos aspectos técnicos quanto na formação cidadã. Essas são algumas das potencialidades da gestão do egresso no processo de avaliação institucional e na retroalimentação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A existência de uma política formalizada de acompanhamento de egresso no IFCE sinaliza um processo de amadurecimento da instituição de ensino em relação ao tema, em consonância com o que foi mapeado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, como os próprios gestores reconhecem, há necessidade de melhorar as ações para que elas se tornem realmente sistêmicas.

Não há disseminação dos resultados das pesquisas com egressos em anuários estatísticos, divulgados para a comunidade acadêmica e para a comunidade externa. Além disso, cada instância do processo formativo deve ser retroalimentada pelos dados gerados pelo acompanhamento ao egresso. Podem, por exemplo, auxiliar na toma de decisões sobre atualizações da matriz curricular dos cursos, na oferta de cursos de formação inicial e continuada, na formação de parceria e convênios com instituições onde os ex-alunos estão mais presentes, entre outras ações.

Foi identificada a necessidade de produtos de comunicação específicos para os egressos, como a reformulação do portal, a promoção de campanha com ex-alunos de destaque no mundo do trabalho, criação de uma rede social focada nos ex-alunos, entre outras ações de comunicação institucional. Também são necessários instrumentos de integração do egresso com o mundo do trabalho, a exemplo de aplicativos para cadastro de currículo e oferta de vagas.

Esta dissertação não abrangeu a inserção dos sujeitos reais, os egressos, no mundo do trabalho, sendo um indicativo para novos estudos. Os estudos de empregabilidade, como os recenseamentos e os estudos longitudinais qualitativos, fornecerão indicadores importantes que não puderam ser abordados nesta pesquisa. É imprescindível que se produza conhecimento sobre a atuação profissional dos ex-alunos. A preocupação deve ser com a inserção social dos egressos, não se restringindo às questões econômicas, como emprego e renda, mas sem se esquivar delas.

A relação entre as ações afirmativas, a diversidade e a inclusão com os egressos e o mercado de trabalho também são campos inexplorados de pesquisa e indicativos de novos estudos. Há diferença no percurso profissional dos ex-alunos cotistas e não cotistas? O recorte de gênero implica diferenças no mercado de trabalho? E na comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais)?

Os Institutos Federais têm um compromisso com os arranjos produtivos locais. Quais os impactos dos ex-alunos sobre eles? Como estabelecer essa relação?

Talvez tenhamos chegado a mais perguntas que respostas com a conclusão desse trabalho do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). E não seria esse o princípio da pesquisa, fazer as perguntas? Que elas estimulem o interesse pela temática do acompanhamento ao egresso, que essa área possa ser uma linha permanente de estudo dentro da instituição de ensino e no nosso programa de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e. **Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus de Fortaleza**. Orientador: Elenilce Gomes de Oliveira. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=88624. Acesso em: 16 mar. 2021.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais**. Educar em Revista, Curitiba, n. 54, p. 203-219, 2014. ISSN 0104-4060. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36720> .
- ANGÉLICO, F.; CARVALHO, Teixeira M. (2012). **Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social**. Desenvolvimento Em Questão, 10(21), 7-27. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.21.7-27>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, Virgínia; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia (org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 15-34.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1, p. 18.
- BRASIL. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm
- BRASIL. **Lei nº 11.184/2005**, de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Brasília, DF: 07 de outubro de 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008a. Seção 1, p. 5.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10/12/2019.

BRASIL. **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Brasília, 5 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10/12/2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Avaliação externa das instituições de educação superior**: diretrizes e instrumento. 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Avalia%C3%A7%C3%A3o+externa+de+institui%C3%A7%C3%B5es+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+diretrizes+e+instrumento/b5353582-a9ab-4993-b50a-03d5184f5a18?version=1.2> Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Portaria nº 1**, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Revalide. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 3, 4 jan. 2018. Seção 1, p. 10. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408

CÂNDIDO, Francineuma Guedes. **Entre a história e a memória**: acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado). Disponível em: biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=85332. Acesso em: 10/12/2019.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIAVATTA, Maria. **A Formação Integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, ed. 3, p. 1-20, 2005. DOI

<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 14 jul. 2020.

COELHO, Maria Carlota de Rezende; SILVA, Janine Pereira da. **Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão**. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 16, núm. 2, agosto-dezembro, 2017, pp. 470-478. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

CONIF, **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/institucional/conif>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Divamélia de Oliveira Bezerra. Perfil da extensão do IFPI. In: LOPES, Régia Lúcia. ALMEIDA, Renato Tannure Rotta. (Org). **10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. ISBN 978-65-87500-06-5 (e-book) Acesso em:
<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/272>

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. cap. 2, p. 39-54.

IF BAIANO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano**, de 16 de dezembro de 2016. Salvador: IF Baiano, 2016. Disponível em:
<https://ifbaiano.edu.br/portal/egressos/programa-de-acompanhamento-de-egressos/> Acesso em: jan. 2022.

IF GOIANO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Regulamento da Política de Egressos do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Goiano** – IF Goiano, de 26 de abril de 2019. Dispõe sobre a normatização da Política de Egressos do IF Goiano. Goiânia: IF Goiano, 2019. Disponível em:
https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/REITORIA/Doc_Institucional/Cons_Sup/Regulamento-da-Politica-de-Acompanhamento-ao-Egresso-do-IF-Goiano.pdf Acesso em: jan. 2022.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução CONSU/IFAC nº 21/2017**, 31 de maio de 2017. Dispõe sobre o Programa de Egresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Disponível em:
https://portal.ifac.edu.br/editais/media/boletins/Boletim_Ano_VII_27_2017.pdf Acesso em: jan. 2022.

IFAL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Acompanhamento do egresso**, sem data. Disponível em:
<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/espaco-do-ex-aluno/acompanhamento-de-egressos> Acesso em: jan. 2022.

IFAM. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Resolução Nº 50-CONSUP/IFAM**, de 21 dezembro de 2020. Define a Política institucional do Observatório Mundo do Trabalho, estabelece sua regulamentação para criação e funcionamento no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus: IFAM, 2020. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/arquivos/resolucao_n_50-consup-ifam_-_politica_institucional_do_observatorio_mundo_do_tr.pdf

IFB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Política de Acompanhamento de Egressos** – PAEG do Instituto Federal de Brasília, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a instituição e a normatização da Política de Acompanhamento de Egressos - PAEG dos Cursos Regulares do IFB. Brasília: IFB, 2018. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Anexo_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Egressos.pdf

IFC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Anexo da Resolução nº 008/2020** que aprova a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Acompanhamento dos Egressos - IFC-PróEgresso no âmbito do IFC, de 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-008.2020-Anexo.pdf>

IFCE. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Fortaleza: 2018. 282 p. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf>

IFCE. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE: 2017 - 2024**. Armênia Chaves Fernandes Vieira, Erica de Lima Gallindo, Hobson Almeida Cruz. - Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>

IFCE. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Resolução Nº 106**, de 26 de novembro de 2018. Aprova o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso dos cursos regulares do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/estagioseeegressos/arquivos/regulamento-programa-de-acompanhamento-de-egresso-resolucao-106-de-26-de-novembro-de-2018.pdf>

IFCE. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto político-pedagógico institucional**. Instituto Federal do Ceará. Fortaleza: 2018. 152 p. Disponível em: <https://ifce.edu.br/PPI.pdf>

IFFar. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução CONSUP Nº 046/2019**, de 24 de outubro de 2019. Revoga a Resolução 081/2014/CONSUP. Aprova o Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, IFFar, 2019. Disponível em

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=277916&key=081d9e569866413f80142b7ecfb1cb43>

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Resolução CONSUP/IFG Nº 37**, de 13 de dezembro de 2018. Retificar o Regulamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pela Resolução CONSUP/IFG no 23, de 8 de outubro de 2018. Goiânia, IFG, 2018. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/106/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2037%20-%202018.pdf>

IFMA. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Resolução Nº 042**, de 26 de abril de 2016. Aprova a Política de Estágio e Egresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís: IFMA, 2016. Disponível em: <https://proext.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2019/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA042-Pol%C3%ADtica-de-Est%C3%A1gio-e-Egresso.pdf>

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Resolução Nº 143**, de 13 de dezembro de 2017. Aprova o Regulamento da Política de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, IFMT, 2017. Disponível em: https://egressos.ifmt.edu.br/media/filer_public/bc/d8/bcd8730d-545a-49d2-b78f-a78eac5b3414/resolucao_143.pdf

IFPA. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Resolução Nº 328/2017-CONSUP**, de 10 de julho de 2017. Define a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: IFPA, 2017. Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/2015-10-05-03-55-12/resolucoes/1482-resolucao-n-328-2017-consup-de-10-de-julho-de-2017-aprova-a-politica-institucional-bem-como-regulamenta-as-atividades-e-os-procedimentos-gerais-do-programa-de-atendimentos-aos-egressos-progressos/file>

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução Nº 43-CS**, de 20 de fevereiro de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 15, de 03/10/2016 que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2016. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43>

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução Nº 65/2018** - Conselho Superior, de 29 de agosto de 2018. Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso dos Cursos Regulares do IFPI. Teresina: IFPI, 2018. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/diretorias-sistemicas/gestao-de-pessoas/boletim-de-servico/2018/reit_digep_2018_bes_edextra054.pdf

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 42**, de 19 de dezembro de 2018. Aprova a criação do Núcleo de Acompanhamento de Egressos (NAE). Rio de Janeiro: IFRJ, 2018. Disponível em:

https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Reitoria/resolucao_no_42-2018_aprova_o_regulamento_do_nucleo_de_acompanhamento_dos_egressos_nae.pdf Acesso em: jan. 2022.

IFRO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 45/REIT** - CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017. Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho: IFRO, 2017. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proex/Egressos/Resolucao_n%C2%BA_45_-_Politica_de_Acompanhamento_de_Egressos.pdf

IFRR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Resolução nº 246** - Conselho Superior, de 4 de janeiro de 2016. Aprova o regulamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. Boa Vista: IFRR, 2016. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2016/resolucao-no-246-conselho-superior>

IFSUL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Política de Acompanhamento de Egressos**. Institui a política de acompanhamento de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Pelotas: IFSul, sem data. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/egressos-doc/item/download/20811_25358fbcef5f455156064d936103a736

IFTM. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Orientação Normativa**. Política de Egressos no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, de 7 de dezembro de 2021. Uberaba: IFTM, 2021. Disponível em: <https://iftm.edu.br/estagio/download/politica/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Pol%C3%ADtica%20de%20Egressos.pdf>

IFTO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE TOCANTINS. **Política de Egressos do Instituto Federal do Tocantins**. Aprovado pela Resolução nº 54/2019/CONSUP/IFTO, de 21 de agosto de 2019. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Política de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas: IFTO, 2019. Disponível em: <http://www.iftto.edu.br/iftto/egresso/politica-de-egressos-do-iftto.pdf>

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Ancib**, v. 5 n. 1 (2012). Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/266>

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 21-28, fev. 1989.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. v. 1 **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, 2018. ISBN: 978-972-8914-82-0 Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>

LIBANEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cad. Pesqui.** [online]. 2016, vol.46, n.159, pp.38-62. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-15742016000100038&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 14 jul. 2020.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 104-125, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n1/1982-5765-aval-23-01-00104.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LOPES, Cristiano Aguiar. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina. **Encontro da COMPOLÍTICA**, 3º., 2009, São Paulo. 25 p. ISSN: 2447 – 4797 Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2009_cristiano_aguiar_lopes.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

LOPES, Régia Lúcia. ALMEIDA, Renato Tannure Rotta. (Org). **10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. ISBN 978-65-87500-06-5 (e-book) Acesso em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/272>

MARQUES, Marcelo Santos. **Capital em crise: educação e qualificação-desqualificante**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 380p. ISBN: 978-85-420-0874-6.

MARTINS, P. L. Acesso à Informação: Um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, v. 24, n. 1, p. 233-244, 17 fev. 2012.

MESQUITA, Wákila. Comunicação Pública e Lei de Acesso à Informação. **Anais...** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXIX, 2016, São Paulo. p. 1-14.

MORAES, Gustavo Henrique. ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. SANTOS, Robson dos. SILVA, Susiane de Santana M. O. (Org). **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p.4-30, 19 mar. 2008. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2007.11>.

MOURA, Dante. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, ed. 1, p. 23-38, Junho 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

MUGNAINI, Rogério. STREHL, Letícia. Recuperação e impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science.

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. 2008, Florianópolis, 92-105. Acessado em 29 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14709808>

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, 2015, p. 309-326. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347641520005>

PEDROSO, Louise; TANAKA, Asterio; CAPPELLI, Claudia. A Lei de Acesso à Informação brasileira e os desafios tecnológicos dos dados abertos governamentais. **Anais...** Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação (SBSI), 9. , 2013, João Pessoa. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2013 . p. 523-528. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbsi/article/view/5718>

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>>. Acesso em: outubro, 2021.

SANTOS, José Luís Guedes dos et al. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 3, 2017. DOI: 10.1590/0104-07072017001590016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300330&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.

SCHOMMER, P. C., DAHMER, J., & SPANIOL, E. L. **Controle Social no Brasil: Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Consocial**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 1, p. 35-47, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4534>

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Rev. Diálogo Educ., Curitiba**, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017 <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.054.DS01>

VAZ, José Carlos. **Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação**. In: Governo Eletrônico – Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, nº 24, dezembro 2002. ISBN 85-7504-035-9.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade.
In: KUNSH, Margarida Maria Krohling; (Org.) **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Antes de iniciarmos, você poderia fazer uma breve apresentação sua: quem você é e qual o cargo que ocupa no IFCE hoje?
2. Quais as ações de acompanhamento do egresso que o IFCE [ou campus Fortaleza] mantém hoje?
3. Qual o setor responsável por essas experiências?
4. Quais são os pontos positivos delas?
5. E as oportunidades de melhoria?
6. Em sua opinião, o egresso é um público interno ou externo da instituição?
7. Como ocorre a comunicação com o egresso?
8. E a coleta de dados da pesquisa com o egresso?
9. Há integração dessas ações com a Comissão Própria de Avaliação?
10. Há integração dessas ações com o Ensino?
11. Sobre a página do egresso no portal, como você imagina que ela deveria ser?
12. Você acha que as ações de acompanhamento com egresso são pontuais ou sistêmicas? Por quê?
13. Quem faz parte da Comissão Permanente de Acompanhamento ao Egresso?
14. Você acredita que os dados de acompanhamento do egresso devem ser publicizados no site?
15. Você tem conhecimento de alguma ação do CONIF para sistematizar o acompanhamento do egresso nos Institutos Federais?
16. Qual dessas dimensões é mais importante no acompanhamento do egresso:
 - 16.1 Qualidade do curso
 - 16.2 Empregabilidade e/ou empreendedorismo
 - 16.3 Continuidade da formação
 - 16.4 Relação afetiva com IFCE.
17. Eu gostaria de apresentar um produto educacional desenvolvido no âmbito do ProfEPT. Você acha que essa ferramenta poderia ajudar no processo de gestão do egresso?

APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O perfil do egresso do IFCE de 2009 a 2020: o portal Egresso em Números como uma ferramenta de transparência ativa **Manuella Nobre Pitombeira da Silva**

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O objetivo desse estudo é conhecer o perfil do egresso do IFCE no período de 2009-2020 e construir uma ferramenta institucional de transparência ativa sobre o acompanhamento do egresso. O acompanhamento do egresso pode fornecer dados importantes para o processo de gestão e para o aprimoramento das atividades institucionais.

Procedimentos:

Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma entrevista semiestruturada com duração máxima de 30 minutos, que será realizada de forma individual a partir de um roteiro de perguntas. Em seguida será apresentado o produto educacional Egresso em Números, elaborado pela pesquisadora, para sua avaliação.

A entrevista será realizada utilizando a plataforma Google Meet, ferramenta já disponível no e-mail institucional do IFCE. O objetivo é manter o distanciamento social devido à pandemia da COVID-19, garantido a segurança de voluntários e da pesquisadora. Você deve ter, sem ônus à pesquisadora, acesso um computador ou um celular com internet e estar em ambiente confortável e silencioso durante a entrevista.

Será resguardado seu sigilo. Suas respostas serão gravadas e arquivadas no computador pessoal e no e-mail institucional da pesquisadora, onde permanecerão até a conclusão da pesquisa, cujo prazo final estimado é março de 2020.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar deste estudo caso não se sinta confortável para responder questionamentos sobre o acompanhamento do egresso no IFCE. Os riscos da entrevista são mínimos e você tem liberdade para não responder questões que considerar constrangedoras ou que venham a suscitar memórias desagradáveis.

Benefícios:

A participação nessa pesquisa poderá trazer benefícios ao processo de gestão da comunicação com os ex-alunos, à política de acompanhamento do egresso do IFCE e a transparência ativa, já que será proposto um dashboard com os dados sobre o egresso, colaborando para o desempenho de suas funções institucionais. O conhecimento gerado ficará disponível numa plataforma online de acesso público e irrestrito e pode gerar novos estudos sobre o egresso.

Acompanhamento e assistência:

A pesquisadora está disponível para auxiliar os gestores entrevistados no uso e atualização do produto educacional Egresso em Números após a conclusão da pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Manuella Nobre Pitombeira da Silva, através do e-mail: manuellanobre@ifce.edu.br, telefone: (85) 3307-3626, e endereço profissional: Coordenadoria de Comunicação Social do IFCE – campus de Fortaleza, Avenida Treze de Maio, 2081, Benfica, Fortaleza – CE.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e e-mail: cep@ifce.edu.br

Autorização sobre o uso da imagem e áudio:

() Concordo em participar da pesquisa, autorizando a gravação do vídeo das entrevistas, restringindo a sua utilização para fins de estudo e análise de dados deste trabalho.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante:

e-mail (opcional):

(Assinatura do participante)

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo

que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a):

[Assinatura do(a) pesquisador(a)]

Data: ____/____/____.